

Acção **Socialista**

Nº 1224 - 15 Julho 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



DAR TEMPO AOS MILITANTES PARA DEBATER O FUTURO



O PS vive actualmente um dos momentos complexos da sua história. Confrontados com a demissão do secretário-geral, Ferro Rodrigues, devido à incompreensível decisão do Presidente Sampaio de reconduzir a actual coligação de direita no poder, depois da fuga de Durão Barroso para Bruxelas, os socialistas preparam o seu futuro com serena tranquilidade. Aos militantes do PS cabe agora a responsabilidade da escolha de uma nova

liderança e de um projecto político aptos a conduzir o partido a novas vitórias nos próximos actos eleitorais.

A última Comissão Política decidiu que era necessário dar tempo aos militantes para reflectirem e procederem às suas escolhas para o futuro, fazendo assim valer na forma e no conteúdo a democracia no nosso partido.

Páginas 3 a 7

JORNADAS PARLAMENTARES

PS é garantia de alternância 8

PORTUGAL EM CRISE

O legado de Durão Barroso 10

MULHERES SOCIALISTAS

A marca da qualidade no feminino 14



REGIONAIS 2004

PS/Açores pronto para eleições 17

EDUCAÇÃO

Presidente veta Lei de Bases 20

A DIREITA É QUE É O NOSSO ADVERSÁRIO

O povo português foi impedido de se pronunciar, através do voto, sobre se queria ou não que o Governo do país fosse entregue à direita populista, comandada pelo par Santana Lopes/Paulo Portas. Quem o impediu foi o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, por ironia amarga uma das personalidades da vida política nacional que mais notavelmente se evidenciou, ao longo da sua carreira, no combate ao populismo.

O Presidente dispunha de argumentos mais do que razoáveis para convocar eleições antecipadas. Não tinha de aceitar a discutível tese da "eleição" do primeiro-ministro: é, de facto, possível, e muitas vezes desejável, que um primeiro-ministro possa ser substituído no seio da mesma maioria parlamentar, sem que a mudança de Governo possa requerer a mudança de Parlamento. Basta verificarem-se os requisitos de credibilidade, legitimidade política e sustentabilidade da solução governativa.

Ora, nenhum destes requisitos se verificam, na transmissão da chefia do Governo de Durão Barroso para Santana Lopes, como se o Governo fosse uma propriedade deles de que eles, mais os seus conselheiros, pudessem livremente dispor.

A credibilidade foi ferida irremediavelmente pela deserção de Barroso, que rasgou um compromisso de que tinha feito bandeira e abandonou na primeira oportunidade os seus próprios eleitores; e foi ferida pelo processo de sucessão, que nem se fez no interior do Governo nem colheu o consenso sequer do principal partido da coligação. Ser Santana Lopes o escolhido só aumenta o descrédito.

A legitimidade política da coligação também estava ameaçada, porque da primeira vez que foi às urnas, nas eleições de 13 de Junho, foi varrida com o pior resultado obtido desde o 25 de Abril. Só muito indirectamente se pode ir buscar qualquer tipo de legitimidade política às eleições de 2002: o programa eleitoral do PSD era o contrário do que veio a ser o programa de Governo, a coligação com o PP não havia sido sufragada nas urnas, as políticas desenvolvidas por Durão Barroso foram (como este número do "Acção" bem ilustra) desastrosas e tiveram a resposta popular que se conhece.

Finalmente, a solução Santana Lopes não dispõe de sustentabilidade que seja evidente: a maioria parlamentar já não corresponde a uma maioria social, está internamente dividida e a pulsão eleitoralista do novo primeiro-ministro é de todos conhecida.

Jorge Sampaio decidiu não acolher estes e outros argumentos, recusando a antecipação de eleições. É uma decisão inteiramente legítima, embora, do nosso ponto de vista, errada. Mas o que já não se compreende, de todo, é que insistisse em emprestar parte da sua legitimidade ao novo Governo de direita, que fizesse profissão de fé nas virtudes das políticas de Durão Barroso e que aceitasse ficar co-responsável pela política do próximo Executivo. Fazer depender a viabilidade deste da continuidade

das políticas em áreas como a consolidação orçamental, a justiça, a Europa e os negócios estrangeiros, não só conduz a uma indesejável perturbação da separação de poderes entre Presidente e Governo como lança a pior das confusões no eleitorado, em particular naquele que elegeram Jorge Sampaio, que é, em grande medida, o mesmo que recusou a política de Durão Barroso. O que há para continuar na política da justiça – a decapitação e o controlo político da Polícia Judiciária? O que há para continuar na política externa – o alinhamento como o unilateralismo belicista da Administração Bush? O que há para continuar na política orçamental – a maquiagem do défice, o corte no investimento público, a penalização das áreas de qualificação, o agravamento da dívida pública?

Os próximos tempos serão, ninguém tenha qualquer dúvida, de grande combate. Ferro Rodrigues quis assumir pessoalmente a enorme decepção que os termos da decisão de Jorge Sampaio provocaram no PS e na sociedade portuguesa. Usou, no momento da saída de secretário-geral, a mesma elevação ética com que pautou a sua liderança à frente do nosso partido. Abriu também, politicamente, espaço para a readaptação do PS e da esquerda, face aos novos rostos e estilos que comandam a direita.

Esta readaptação deve ser feita sem precipitações, em ambiente de unidade e com determinação.

Sem precipitações: é preciso ter presente que o nosso adversário principal é a direita e que ela acaba de receber um importante impulso, quando menos o esperava e menos o merecia. Os especialistas da propaganda é que estão agora à sua frente. Mas a propaganda tem os seus limites e o povo português já demonstrou vezes que chegassem que não se deixa manipular com facilidade.

Em clima de unidade: haverá certamente várias candidaturas à liderança do PS e o debate ideológico e político deve ser franco e vivo, entre nós. Nada de uniformismos enganosos, nada de adiamentos pantanosos. Mas pertencemos todos à mesma organização e o que todos partilhamos e tão bem nos distingue da direita é muito mais vasto e importante do que aquilo que nos divide.

Com determinação: esta não é a hora da desistência nem do calculismo. O que está em jogo, na conjuntura política que vivemos, não é a sobrevivência da democracia: o nosso regime democrático está bem consolidado e continuará a sê-lo. É, porém, a qualidade da democracia: a qualidade da vida institucional, da intervenção do Estado, da relação dos poderes políticos com os poderes económicos e mediáticos. E a isso é preciso estar muito atento. Sem nos deixarmos intimidar, nem cairmos no desânimo. Se o PS falar para os portugueses e dos seus problemas, se o PS continuar a construir uma alternativa programática e política, se o PS se apresentar ao eleitorado como um partido moderno, unido, com gente capaz, o consulado dos populistas será curto.



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

Sem precipitações: é preciso ter presente que o nosso adversário principal é a direita e que ela acaba de receber um importante impulso, quando menos o esperava e menos o merecia. Os especialistas da propaganda é que estão agora à sua frente. Mas a propaganda tem os seus limites e o povo português já demonstrou vezes que chegassem que não se deixa manipular com facilidade.

**QUERO
UMA
EUROPA
FORTE E...
DE TANGA**

JOSE MANEL BARROSO

SEM ACENTO SEM U E SEM DURÃO

ANTOONIO COLAÇO



COMISSÃO POLÍTICA

DAR TEMPO AOS MILITANTES PARA DEBATER FUTURO DO PS



A Comissão Política do PS decidiu adiar a decisão sobre as datas da eleição do novo líder e realização do Congresso para a reunião da Comissão Nacional, que terá lugar na próxima segunda-feira.

Após quatro horas de reunião onde usaram da palavra dezenas de dirigentes, o presidente do PS, Almeida Santos, concluiu que será necessário reexaminar o calendário por si proposto: eleição do novo líder a 11 de Setembro, eventual segunda volta a 18 e congresso a 25 e 26 do mesmo mês.

"A Comissão Política do PS apenas procedeu à aprovação do regulamento e do regimento do Congresso", disse Almeida Santos, adiantando que "as novas datas terão sempre em conta o dia das eleições para as assembleias legislativas regionais da Madeira e dos Açores".

"Convém que os militantes tenham tempo para debater as diferentes propostas, mas temos de conciliar esse valor com o interesse político do partido.

Quanto mais se adiar o calendário da eleição do novo líder, mais tempo o PS ficará sem secretário-geral", acrescentou.

O secretário-geral cessante do PS, Ferro Rodrigues, que esteve presente no início da reunião, voltou a tecer fortes críticas ao Presidente da República por ter dado cobertura a um novo Governo da direita, alertando que a oposição socialista nos próximos dois anos "não vai ser mais fácil" do que nos primeiros dois.

É que, avisou, "não se pode menosprezar o populismo, sobretudo gerido com inteligência".

Sobre as razões da sua renúncia à liderança do partido, o camarada Ferro Rodrigues reafirmou que face à decisão de Jorge Sampaio, "a demissão do secretário-geral do PS era a única

resposta adequada. Não apenas por um imperativo de consciência, mas também como forma de o PS poder dotar-se de uma nova direcção política capaz de assegurar um relacionamento institucional e político adequado com o actual Presidente da República".

Ferro Rodrigues explicou que a sua decisão de se demitir na sequência da tomada de posição de Jorge Sampaio em convidar Santana Lopes para formar Governo foi "maduramente pensada" e uma "decisão política".

"Não se tratou de nenhuma atitude motivada pela emoção ou pessoal. Tratou-se sim de tirar consequências políticas pessoais de uma derrota política do PS num processo inteiramente conduzido pelo secretário-geral", disse.

O secretário-geral cessante criticou ainda Jorge Sampaio não só por ter dado "cobertura" a "políticas erradas" mas também por ter "exigido" a continuidade das políticas nas áreas das finanças, da justiça, e da política externa.

"A divergência entre o secretário-geral do PS e o Presidente da República não foi a propósito de uma questão secundária", sublinhou.

"Foi estabelecida sobre questões

essenciais no funcionamento do Estado democrático, como a legitimidade do novo Governo sem eleições antecipadas, a credibilidade da alternativa do PS em termos de estabilidade política, e as visões antagónicas sobre o papel do primeiro-ministro e do Presidente da República num sistema semipresidencialista perante uma crise como esta", disse o secretário-geral demissionário, homenageado de pé e com uma estrondosa salva de palmas pelos membros da Comissão Política no final do seu discurso.

Entretanto, Ferro Rodrigues aceitou manter-se em funções de gestão até à eleição do novo secretário-geral, após proposta do presidente do partido, Almeida Santos. O actual Secretariado Nacional também se mantém em funções de gestão.

Soares, Lamego e Sócrates na corrida à liderança

De salientar que na corrida à liderança do PS perfilam-se três candidatos: João Soares, José Lamego e José Sócrates, que anunciou a sua candidatura na quinta-feira.

Outras figuras do partido como António

Vitorino e António José Seguro manifestaram, entretanto, a sua indisponibilidade para serem candidatos à sucessão de Ferro Rodrigues na liderança dos socialistas.

Em conferência de Imprensa, em Bruxelas, o comissário Europeu António Vitorino, numa "decisão difícil, mas muito ponderada", conforme esclareceu, anunciou não ser candidato ao cargo de secretário-geral do PS, "por falta de motivação", mas afirmou-se disponível, na sua qualidade de militante, em colaborar com a próxima direcção do partido.

Já o presidente do Grupo Parlamentar do PS, António José Seguro, anunciou na reunião da Comissão Política que não será candidato ao cargo de secretário-geral, "para contribuir para a unidade do partido", não abdicando, contudo, de participar "activamente no debate político que se travará no próximo Congresso".

Seguro disse ainda estar "completamente disponível para participar no combate ao Governo a partir da primeira posição da primeira fila da bancada do PS na Assembleia da República" até à eleição do novo líder socialista.

PALAVRAS COM CONSEQUÊNCIAS

“O Sr. Presidente da República tomou uma decisão política. Certamente foi uma decisão difícil mas, sem dúvida, que foi uma decisão política, já que a Constituição permitiria qualquer das duas hipóteses em equação. O meu respeito pelo senhor Presidente da República e a minha amizade de largos anos não impedem, antes exigem, que manifeste a minha decepção, discordância e que assuma esta decisão como uma derrota pessoal e política. Estou seguro que o senhor dr. Jorge Sampaio decidiu com absoluta convicção de que esta era a melhor solução para defender o interesse nacional. Mas continuo plenamente convicto que a dissolução da Assembleia da República e a convocação de novas eleições legislativas seriam a melhor forma de assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas.

A minha decepção é partilhada por todo o PS, pela esquerda em geral, mas também por muitos que votaram nos partidos da coligação com a convicção de que o dr. Durão Barroso tinha assumido um compromisso para quatro anos e que não compreendem esta decisão. A minha decepção é certamente partilhada pela esmagadora maioria dos que votaram no actual Presidente da República por duas vezes contra candidatos apoiados por toda a direita. A minha discordância baseia-se em razões nacionais, razões democráticas e razões institucionais que ao longo dos últimos dias tive ocasião de desenvolver.

Perante a gravidade política do que aconteceu tenho que reconhecer que sofri uma derrota pessoal e política. A actuação do PS de moderação nas palavras e nas acções, de confiança, não teve o resultado esperado. Assumo toda a responsabilidade desta derrota.



Neste quadro em que todos devem assumir as suas responsabilidades, eu assumo as minhas. O país está farto de palavras sem consequências. Há consequências pessoais e políticas inequívocas da decisão do senhor Presidente da República. Apresentarei ao presidente do Partido Socialista a minha demissão de secretário-geral. Deixarei de fazer parte, igualmente, do Conselho de Estado. É esta a forma que tenho da minha solidariedade com os portugueses e as portuguesas que discordam profundamente e lamentam a decisão do senhor Presidente da República, começando

pelos meus camaradas do Partido Socialista.

Não me conformo com uma decisão que cria uma solução política para o Governo de Portugal, que considero errada e que considero perigosa.

Fui eleito secretário-geral do PS por duas vezes por eleição directa e em congresso. Dirigi o PS durante dois anos e meio, sendo o principal responsável por duas campanhas nacionais: as legislativas de 2002 - em que o PS ficou a pouco mais de 2 por cento do PSD, perdendo - e as europeias de 2004, em que o PS obteve a sua maior percentagem de sempre batendo, com largo avanço, a coligação de direita. Durante este período sofri e resisti aos mais duros ataques e mesmo às mais

violentas e graves calúnias. Mas não estou disponível para, depois deste lamentável episódio da vida política portuguesa, liderar o principal partido da oposição - o PS - perante um Governo que considero não ter a legitimidade democrática suficiente.

O PS saberá, no quadro do seu Congresso, escolher um secretário-geral capaz de enfrentar a nova situação política que foi criada com a demissão do dr. Durão Barroso e a nomeação do novo primeiro-ministro e de um novo Governo de coligação PSD/PP pelo senhor Presidente da República. O PS saberá encontrar a melhor solução para conseguir as vitórias que se impõem nas futuras eleições regionais, autárquicas, presidenciais, legislativas. Vitórias que se impõem para melhorar

Portugal e a vida das portuguesas e dos portugueses.

Depois de seis anos de trabalho como ministro dos governos do PS de António Guterres e de dois anos e meio de secretário-geral do PS, como deputado eleito por Lisboa, continuarei na Assembleia da República, como sempre, a colaborar para a unidade, a força e as vitórias do PS. Não abandono a intervenção política e cívica mas não ficaria de bem com a minha consciência e com a forma como vejo a acção política servir-se por causa e por valores, se não manifestasse desta forma, por actos e não apenas por palavras, a minha frontal oposição à decisão do senhor Presidente da República.”

FERRO RODRIGUES

SEDE NACIONAL DO PS, 9 DE JULHO DE 2004

BAGÃO FÉLIX NAS FINANÇAS VAI CONTINUAR CONFLITUALIDADE SOCIAL

O responsável pelo dismantelamento do estado social em Portugal, o ex-ministro da Segurança Social e do Trabalho, Bagão Félix, foi o escolhido por Santana Lopes para ministro das Finanças, o que para os socialistas constituiu uma decepção e uma forte possibilidade da continuação da conflitualidade social.

Esta solução saída do próprio Governo é também o sinal de uma manifesta dificuldade de Santana Lopes para convencer economistas prestigiados que ao longo de vários dias foram apresentados como forte possibilidade, tendo inclusivamente Ernâni Lopes chegado a ser dado como certo.

Convém recordar que Bagão Félix foi um dos ministros mais impopulares do anterior Governo, em virtude das medidas que tomou em prejuízo dos trabalhadores. A Lei das Bases da Segurança Social e o Código do Trabalho são diplomas que suscitaram a indignação de milhares de trabalhadores, que em diversas ocasiões saíram para a rua em protesto contra as suas políticas.

António José Seguro, líder parlamentar do PS, considerou que a escolha de Bagão Félix para as Finanças “é uma decepção”, por ser “um nome que fica aquém das expectativas” que havia quanto à necessidade do país recuperar da recessão económica em que foi mergulhado pelo Governo de Durão Barroso. Por sua vez, o economista Manuel Pinho, que tem colaborado com o PS em questões económicas, considerou a escolha “um mau indicador por revelar incapacidade para convencer pessoas com mais peso”. Para este economista, a escolha releva também um aumento da influência do PP na coligação governamental.

CRISE POLÍTICA

SAMPAIO OPTA PELA CONTINUIDADE DA COLIGAÇÃO PSD/PP

Depois de ter ouvido os conselheiros de Estado durante cerca de quatro horas e de ter auscultado as opiniões de diversas figuras notáveis do universo político nacional, o Presidente da República, Jorge Sampaio anunciou, no passado dia 9 de Julho, que convidaria o líder do PSD a formar um novo governo, evitando assim uma convocação de eleições legislativas antecipadas e pondo fim ao impasse criado pela demissão de Durão Barroso. Jorge Sampaio, numa declaração ao país, afirmou que os partidos que compõem a actual maioria parlamentar, PSD e CDS/PP, lhe deram garantias de

assegurar até ao final da legislatura o apoio com que o Governo de Durão Barroso contou agora.

“Nessas condições, a dissolução da Assembleia da República seria a solução que mais se afastaria das condições de estabilidade política”, explicou Sampaio. Avisou, no entanto, que não admitirá desvios às principais políticas que vêm sendo seguidas, deixando claro que considera “inaceitáveis viragens radicais”.

“Tem de ser rigorosamente respeitada a continuidade das políticas essenciais,

repito, a Europa, a política externa, a defesa, a justiça, bem como as políticas de contenção orçamental”, apontou. Jorge Sampaio lembrou também que o Presidente da República, “fiel à sua obrigação constitucional de garantir o regular funcionamento das instituições democráticas, mantém intactos todos os poderes constitucionais, incluindo o de dissolução do Parlamento nacional”. O chefe de Estado frisou ainda não ter tomado esta decisão de ânimo leve e ter ponderado profundamente os riscos e as consequências das duas opções “sempre e até ao fim”.

JOSÉ SÓCRATES APRESENTA CANDIDATURA A SECRETÁRIO-GERAL

UM PS FORTE, CAPAZ E AMBICIOSO

O país precisa de um PS forte, capaz e ambicioso, disse em conferência de imprensa no Largo do Rato, no passado dia 15, o deputado José Sócrates na apresentação da sua candidatura a secretário-geral do PS, numa declaração alicerçada na dimensão social, renovação e abertura do partido e modernidade.

Sócrates, que se declarou animado pela vontade de servir Portugal e deixou um especial reconhecimento a Ferro Rodrigues, considerou que os dois últimos anos de governação de direita foram maus de mais e que o que se anuncia não é melhor. Neste sentido, considerou que a principal tarefa do PS é afirmar-se como uma alternativa política credível.

“Devemos ser uma oposição enérgica e combativa, porque é isso que os portugueses esperam de nós”, disse, acrescentando que à crítica se deve somar a proposta.

A intervenção do candidato a secretário-



geral teve uma tónica acentuada na dimensão social. “É preciso que os objetivos centrais da política económica voltem a ser o crescimento e o emprego”, afirmou.

Neste contexto, defendeu que a ambição do PS passe pela apresentação de uma

nova geração de política sociais, baseadas na equidade e na sustentabilidade. “No fundo – disse – o país precisa de políticas sociais capazes de responder aos novos problemas que as pessoas e as famílias têm hoje, sem deixar de salvaguardar aquilo que são os

direitos sociais futuros”.

José Sócrates considerou também ser responsabilidade do PS “dar uma nova prioridade política aos temas da modernidade que vá ao encontro da sensibilidade das novas gerações”. As políticas de ambiente, de defesa do consumidor e do conhecimento “têm de ser valorizadas ao serviço da qualidade de vida dos portugueses”, sublinhou.

Dirigindo-se mais directamente ao partido, considerou haver uma outra agenda vital para o futuro do PS: renovação e abertura.

“É meu desejo evitar o funcionamento do partido em circuito fechado. Se merecer a confiança dos socialistas, trabalharei para a unidade, mas recusarei a tentativa do unanimismo e valorizarei a diversidade, pluralidade e a diferença que marcam o espírito do PS”, afirmou.

Sócrates disse também apostar numa renovação do PS, que tem sobretudo a ver com o seu modo de funcionamento

e de comunicar com as pessoas.

Porém, considerou que, talvez o maior desafio que o PS tem pela frente é o da abertura, às novas ideias, por um lado, e, por outro, à sociedade por forma a que possam ser encontradas novas respostas e novas soluções.

“O PS deve também empenhar-se em atrair à participação dos jovens, das novas gerações de universitários, dos quadros e agentes económicos cativar os melhores e restabelecer as pontes com os sectores mais dinâmicos da sociedade portuguesa”, afirmou.

Com esta dimensão, José Sócrates considera que “o PS poderá assim afirmar-se como um partido de esquerda moderna em Portugal. Um partido à altura da sua história, fiel ao seu património, orgulhoso do seu passado mas que fica o futuro com confiança”, sublinhou.

“Nesta fase das escolhas, o PS está em boas mãos. Está nas mãos daqueles que realmente contam: os militantes do Partido Socialista”, concluiu.

BREVES NOTAS PARA UM COMPROMISSO COM OS SOCIALISTAS

Candidato-me a secretário-geral do Partido Socialista por amor ao Partido Socialista e não para satisfazer uma ambição pessoal. É necessário refazer a confiança, nos militantes, dar um *novo impulso* ao PS, um *rumo* e um *sentido*, que os nossos militantes e eleitores entendam, nos quais se revejam e confiem. Não tem sido o caso, com excepção da notável campanha feita pelo malogrado prof. Sousa Franco, que despertou verdadeiro entusiasmo no interior do PS.

O PS tem de ser um partido de combate, *oposição a sério*, uma alternativa credível à *coligação de Direita*, com o objectivo de derrotar e substituir.

Para tanto, o PS tem que ser, simultaneamente, responsável e ousado, conhecedor dos dossiês e aberto à sociedade, ouvir e dar resposta aos anseios populares, ser capaz de inovações, de recrutar os melhores, de ganhar as competências e, ao mesmo tempo, o entusiasmo das massas populares e da gente de trabalho, a mais sacrificada. Partido de causas e de soluções, deve procurar – como sempre aconteceu ao longo dos últimos trinta anos – defender os superiores interesses de Portugal.

O PS, é um partido de esquerda, que se pretende dialogante com todas as forças que se reclamam da esquerda e, ao mesmo tempo, coordenador - e referência - de todos os que julgam patriótico derrotar a Coligação de Direita, mesmo situando-se ao Centro ou na Direita moderada, por não aceitarem *uma Coligação populista* com ramificações espúrias de extrema direita. O PS é um partido europeísta, inserido plenamente na União Europeia e no PSE, com a consciência do que representa para o Mundo o projecto europeu – projecto de paz, de bem estar, de progresso para todos os europeus, de justiça social (afirmando o modelo social europeu, que tanto nos honra) e de solidariedade em relação ao exterior.

O PS não tem medo, mais uma vez, da palavra *união* – cujo ideal político partilha – visto preconizar uma Europa Política,



Social, Cultural e Ecológica e não só uma União Económica e Monetária.

O PS deve ter uma posição progressista, em relação às grandes questões mundiais deste nosso século XXI. Tudo mudou. Por isso, o PS deve, hoje, definir-se:

- em favor do diálogo e da paz manifestando-se resolutamente contra a guerra do Iraque e contra todas as guerras preventivas e unilaterais, sem o aval da ONU;
- contra o terrorismo – um dos grandes flagelos do nosso tempo – e todas as formas de violência, considerando todavia que o terrorismo não pode ser vencido apenas pela força, mas com inteligência – no duplo sentido, corrente e de informação – no respeito pelas regras do Direito Internacional, pelos Direitos Humanos, com absoluto repúdio pelos métodos da tortura e dos campos de concentração (como Guantanamo);
- em matéria de globalização, considera que uma regulação alternativa é possível, por regras ético-jurídicas, no plano internacional e nos termos de uma Organização Mundial de Comércio (OMC) integrada no sistema das Nações Unidas com repúdio do chamado “capitalismo de casino”, e da utilização criminosa do “dinheiro sujo”, através de “off-shores” e “zonas francas”;

- em favor do reforço do Estado e, no caso português, da União Política Europeia, pela dignificação do *serviço público*, combatendo a “mercantilização” das sociedades, a favor da iniciativa privada – essencial a um desenvolvimento sustentado – o PS defende a sua regulamentação para correcção das injustiças e das desigualdades;
- contra a concentração dos *media*, em poucas mãos e em conúbio directo com interesses económicos, por pôr em risco a liberdade de imprensa – como começa a ser patente em algumas democracias;
- em favor da maior transparência do financiamento dos partidos políticos, como órgãos insubstituíveis das democracias pluralistas, e por uma rigorosa e isenta audição das suas contas. A democracia implica a estrita obrigação da moralidade dos servidores do Estado. Esta é uma regra tão importante, nas democracias modernas, como o princípio da separação dos poderes do Estado o foi – e é – nos séculos XIX, XX e XXI.

O PS é um partido de militantes mas também de simpatizantes e eleitores. Não pode ser um partido de *aparelhos instalados* que fecham o partido, por medo de concorrência, a novos militantes e às

competências.

O PS tem que ser o precursor, com foi tantas vezes ao longo da sua história, noutras e decisivas matérias, das soluções audazes capazes de assegurarem a tradução em concreto dos princípios que são os seus. Assumo por isso o compromisso de assegurar a paridade entre mulheres e homens no futuro Governo do PS.

O PS é um partido de solidariedade e de justiça social. Por isso, naturalmente, está ao lado dos mais pobres, dos desfavorecidos e dos injustiçados. Mas também dos que vivem do seu trabalho, dos intelectuais, dos quadros, dos profissionais, dos professores, dos funcionários, dos cientistas, dos artistas – dessa classe média tão sacrificada – sendo, frontalmente, como sempre foi, um *Partido do Povo e para o Povo*, que tem, como objectivo, a transformação pacífica da sociedade, para melhor, mais solidária e com mais justiça social.

*

Candidato-me a secretário-geral do Partido Socialista com o objectivo de provocar no seio do nosso Partido um salutar debate de ideias e não apenas de pessoas. Tenho estima e respeito pelo secretário-geral demissionário, Ferro Rodrigues, que, em condições difíceis e mesmo dramáticas – de debandada e desânimo gerais e depois da recusa de conhecidos militantes, que tanto deviam ao Partido, aceitou conduzir o PS às eleições legislativas e às europeias, tendo obtido um resultado honroso nas primeiras e uma vitória histórica nas segundas com o contributo notável dado pelo prof. Sousa Franco.

Resolvi candidatar-me a secretário-geral sem fazer combinações nem consultas, mesmo aos camaradas que mais estimo e admiro e dos quais me sinto mais próximo. Foi um acto pessoal, com a vontade de provocar um momento de reflexão e de consciência que julgo necessários aos PS. Não me candidato contra ninguém nem tenciono combater pessoas. Bato-me, repito, por e contra ideias; por e contra

comportamentos políticos, que me parecem impróprios de socialistas. Dialogarei com todos os camaradas que o desejem e, nomeadamente, com aqueles que mais admiro e respeito, mesmo que se posicionem contra a minha candidatura. Todos me conhecem no Partido. Mais do que palavras sou um homem de acção, isto é: de fazer aquilo com que se compromete. Deixei obra incontestável na Câmara Municipal de Lisboa – que aí está à vista de todos, não sofre qualquer comparação e muito me honra. Soube então trabalhar em equipa e rodear-me dos melhores técnicos, especialistas, homens de cultura e artistas de diferentes artes. Essa página está contada, definitivamente voltada. Pretendo agora trabalhar no Partido e pelo Partido. Para lhe dar um novo dinamismo – e um novo rumo – e o levar à vitória nas autárquicas, legislativas e nas presidenciais. É preciso derrotar a *Coligação de Direita* no poder, para salvar Portugal de um desastre previsível e o conduzir a uma alternativa de esperança, tendo como objectivo o desenvolvimento sustentado, com autêntica dimensão social, cultural e ecológica. É preciso reduzir drasticamente o desemprego, as desigualdades e a pobreza. Não é a altura de elaborar um programa de governo, nas suas diferentes valências: económica, financeira, educação, trabalho, luta contra o desemprego, inovação, ordenação do território, saúde, ambiente, cultura, ciência, previdência social, justiça, defesa, política externa, União Europeia, CPLP, cooperação, comunidades portuguesas no estrangeiro, integração dos imigrantes, etc., etc. Na altura própria, apresentarei um programa.

Para já, apresento-me tal como sou, sem disfarces, aos camaradas socialistas, solicitando o seu apoio para me fazer eleger secretário-geral. Aí, então, começará uma nova caminhada, na fidelidade ao passado, às exigências complexas do tempo presente e, sempre, com vista a um futuro melhor, mais solidário e digno para todos os portugueses.



MANUEL ALEGRE

SERENIDADE E SENTIDO DE ESTADO

- Discordar da decisão do Presidente da República não é "afectar a imagem institucional do PS", é exercer um direito e fortalecer a imagem do PS como grande partido democrático. Com efeito, a decisão do PR, decorrente de uma concepção minimalista do exercício dos seus poderes, salvou a direita de uma crise por ela própria provocada, tornou o PR co-responsável por um governo sem plena legitimidade política, inviabilizou as expectativas de uma mudança à esquerda com a previsível vitória eleitoral do PS e lançou a crise para dentro de um partido onde não existia qualquer problema de legitimidade, dado que o seu secretário geral, além de duas vezes sufragado pelos militantes do seu partido, tinha acabado de obter, nas europeias, a maior vitória eleitoral de sempre do PS.
- Ferro Rodrigues, tão atacado de fora e tão incompreendido por parte dos seus, apesar de ter sido o único a dar a cara quando o Governo se demitiu e de, com muita coragem, ter enfrentado campanhas ignóbeis, deu uma lição de dignidade com a sua demissão. A política precisa de actos éticos, ainda que haja quem persista em não compreender a dimensão moral que a política pode e deve ter.
- O PS precisa de serenidade. Os piores erros que poderia cometer são:
 - o de se deixar balcanizar
 - o de ficar à espera de qualquer homem providencial, porque tal é contrário à tradição e à cultura democrática dos socialistas
 - o de procurar um líder à imagem e semelhança do adversário, já que os eleitores preferem sempre o original às imitações
 - o de permitir que seja a pressão mediática de direita a ditar quem pode ou não dirigir o PS
 - o de cair na tentação do centrão quando, numa situação profundamente bipolarizada, só a alma de esquerda lhe permitirá enfrentar e derrotar a direita populista no poder.
- Serenamente, com sentido de Estado e como partido responsável, fiel às suas raízes e aos seus valores, o PS deve procurar uma solução que garanta a unidade do partido, seja capaz de fazer a ponte entre as diversas sensibilidades e, sobretudo, entre o passado e o futuro.



JACINTO SERRÃO

NOVOS DESAFIOS, NOVAS OPORTUNIDADES

O momento de escolha de uma qualquer liderança é sempre um momento de ampla discussão, de confronto de projectos, de escolhas estratégicas e táticas e de escolhas de protagonistas. Desejo que essas escolhas se realizem dentro dum espírito de serenidade, e tendo sempre em conta o objectivo de fazer coincidir a vontade dos militantes com a expressão da vontade dos eleitores que normalmente confiam em nós. Espero que tenha o Partido Socialista a consciência de que os debates legítimos que referi logo de início se desenvolverão previsivelmente no decurso de uma campanha eleitoral para as regiões autónomas, onde o PS-Madeira e o PS-Açores estão envolvidos e que jamais deverão ser penalizados por um qualquer excesso ou precipitação das disputas naturais no seio do Partido Socialista. O processo eleitoral das regiões autónomas deve ser considerado por todos como prioritário e confirmador da confiança que o eleitorado tem manifestado no PS e que não pode ser interrompido pelo congresso nacional. Estou convicto na obtenção na Madeira do melhor resultado de sempre para o PS e a consolidação e reforço do PS nos Açores. A nova oportunidade que desfrutamos a nível nacional é a de estabelecer um renovado contrato com o povo português que aspira à justiça social, à igualdade de oportunidades, à valorização das pessoas, no fundo, à marca humanista e reformadora do Partido Socialista.



CARLOS ZORRINHO

DEFENDER A DEMOCRACIA E PREPARAR A ALTERNATIVA

Os socialistas têm razões de sobra para se sentirem decepcionados e preocupados com o processo atribulado que conduziu à formação do Governo Santana/Portas. Decepcionados com o sentido da decisão, mas sobretudo com a encenação de mau gosto que a precedeu. A nossa decepção foi enfaticamente sublimada pela demissão de Ferro Rodrigues, num gesto corajoso, não desejável mas compreensível, e que evidenciou mais uma vez a enorme nobreza de carácter demonstrada durante a sua liderança e agora de novo afirmada com desprendimento e grandeza. Passadas as primeiras ondas de choque emocional, exige-se de todos uma grande frieza e lucidez de análise. Pelo facto de se ter enredado num processo de decisão muito discutível, Jorge Sampaio não deixou de ser uma referência na afirmação da ética política, do aprofundamento da democracia e da participação cívica e por isso não faz sentido pensar que a sua vontade de evitar derivas populistas e demagógicas não seja uma vontade genuína. Por isso o PS, em nome dos seus valores e princípios, tem agora o designio claro de criar uma Alternativa de Esperança para Portugal e de ajudar Jorge Sampaio a terminar com honra e dignidade o seu mandato, cumprindo com empenho a sua parte na tarefa de vigilância democrática contra a tentação populista do Governo Santana/Portas. Para isso, importa também que no plano interno e face ao cenário de demissão do secretário-geral, o PS seja capaz de distinguir com clareza entre a confrontação salutar de ideias e projectos, e a tentação do choque de personalidades com a mesma matriz estratégica, que a acontecer apenas enfraquecerá a capacidade de gerar com sucesso a alternativa de que o país precisa.



RUI CUNHA

CONGRESSO VIVO E CLARIFICADOR

Depois da decisão tomada pelo senhor Presidente da República e atendendo às actuais circunstâncias, considero que a atitude assumida por Ferro Rodrigues é compreensível. Agora, o Partido Socialista saberá, em sede parlamentar, fazer uma fiscalização ao Governo como lhe compete, primando pela eficácia. É preciso ter em conta que para além do elementar apoio parlamentar, o novo Governo do PSD/PP tem também uma componente de intervenção presidencial, facto que obriga a um reforço de fiscalização por parte da oposição. No plano interno, esperemos que haja mais do que uma candidatura à liderança do PS e que o próximo Congresso seja vivo e sirva para uma necessária clarificação. O unanimismo não serve esse objectivo. As maiorias e minorias emanadas dos congressos socialistas sempre souberam encontrar a coesão necessária para travar os combates externos. Estou convencido e esperançado de, mais uma vez, no próximo Congresso, da pluralidade complementar saia o consenso.



JOSÉ LELLO

VENCEDOR ANO E MEIO

Temos aí reeditada a coligação de direita de má memória que nos desgovernou nos últimos dois anos. Agora, incumbirá ao PS assumir o confronto de oposição à dupla poujadista e manipuladora que se apresta a instalar no poder. Por isso, perante o vazio criado pela amarga renúncia de Ferro Rodrigues, com tal governo em funções, mais urgirá que o PS resolva rapidamente a questão da sua liderança. Importará pois que, na Assembleia da República – e é aí que tudo se irá passar – o secretário-geral do PS possa confrontar Santana Lopes com as suas contradições, as suas insuficiências e limitações, logo nesse debate fundamental do Orçamento de Estado. Neste novo tempo de mediatismos retumbantes, dum coisa deveremos estar certos, o errático líder da direita não poderá ter o palco só para si. É por isso, fundamental dar-lhe o combate adequado. José Sócrates, durante ano e meio na televisão, evidenciando superior conhecimento dos dossiês, melhor preparação e afirmando um discurso sempre claro e eficaz, derrotou-o invariavelmente em toda a linha. Eles sabem disso, por isso o temem.



MARIA DE BELÉM ROSEIRA

A FUGA DE DURÃO BARROSO

O inesperado e abrupto abandono de funções por parte do dr. Durão Barroso veio dar origem a uma crise política de consequências ainda imprevisíveis. E quando falo em crise política não me refiro apenas à demissão do secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues mas, sobretudo, às consequências na já tão abalada relação de confiança dos cidadãos com a política. Com efeito, o dr. Durão Barroso vinha repetindo incessantemente que cumpriria o mandato até ao fim, que não fugiria como outros tinham feito, que assumiria as suas responsabilidades, etc., etc., etc. e eis senão quando, à primeira oportunidade, aí se escapa ele, sem esconder a felicidade, o alívio e deslumbamento, colhendo os frutos do seu alinhamento com a estratégia do Governo norte-americano e beneficiando contraditoriamente do seu enfraquecimento político na sequência da estrondosa derrota eleitoral das europeias. Na verdade, a difícil gestão de uma Europa a 25 reclama um Presidente que possa receber e cumprir as orientações de quem o colocou nessas funções. A imprensa internacional tem discorrido abundantemente sobre isso. Mas esse é agora o nosso menor problema. O verdadeiramente importante é que a decisão do senhor Presidente da República permitiu a ascensão ao poder de um líder sem a legitimação do voto popular apesar de todos os sinais, tão inequívocos, de descontentamento, e tal decisão teve como consequência inevitável a demissão de Ferro Rodrigues porque significou uma escolha presidencial entre os dois líderes dos maiores partidos portugueses, favorável a Santana Lopes. Os fundamentos da decisão, por sua vez, suscitam perplexidades várias e fazem apelo a um papel reforçado para as oposições. Perplexidade pela autolimitação que o senhor Presidente se impôs ao assumir-se como garante do cumprimento do programa eleitoral: – mas qual deles? – o de cada um dos partidos, que integram a coligação, uma vez que concorreram isoladamente às eleições? – o programa de Governo apresentado na Assembleia da República? – ou a execução do programa do Governo que depriu fortemente a economia e agravou de forma cruel as desigualdades sociais? É que para além do veto por inconstitucionalidade, também existe o veto político, como aliás o senhor Presidente demonstrou durante o Governo de António Guterres. Se abdica dele, reforça-se a necessidade da intervenção oportuna e permanente da principal partido da oposição, por forma não só a denunciar os erros e as consequências danosas das políticas, como também a afirmar-se como alternativa credível. Tal só será possível através do reforço da sua base de apoio, assente num programa que respeite a sua matriz ideológica, e com protagonistas que garantam a defesa dos princípios e valores sobre os quais assenta o ideal socialista, para que a tão necessária confiança do eleitorado não venha a sofrer ainda um mais doloroso golpe!



GANHAR PORTUGAL EM 2006

J.A. VIEIRA DA SILVA

Muitos milhares de vezes correu esta pergunta após a noite de sexta-feira: e agora?

Incredibilidade, incerteza, decepção foi o que sentiu o "povo socialista" após a decisão do senhor Presidente da República. E a razão é simples: quem faça o trajecto político do Portugal entre 17 de Março de 2002 e 10 de Julho de 2004 encontra um acumulado de razão para esperar o que parecia lógico: chamar o povo a decidir. Não foi assim! Sigamos em frente, sem deixar de ir fazendo, aqui e acolá, alguns "flash-backs".

O PS é o grande partido da oposição, e quer queiram quer não, de uma oposição reforçada nas urnas, nas "longínquas" europeias de Junho (faz hoje um mês!).

O PS é a oposição que conta para construir a alternativa ao poder PPD/PP

A um poder que, na sua versão recauchutada pela aliança Santana Lopes/Paulo Portas, será um poder mais à direita, mais populista e mais perigoso.

Mais à direita porque mais afastado das referências centrais da democracia cristã e do centro liberal.

Mais populista, porque mais eficaz no uso da demagogia.

Mais perigoso, porque, à míngua de ideias, sobrarão as assessorias de imagem.

Julgo que a oposição que conta terá que ser mais oposição. De combate e de projecto.

De projecto para uma regulação económica onde a vontade colectiva faça parte. De um projecto que tenha, na sociedade, "cúmplices" que sejamos nós a escolher. De um projecto que não aceite que haja menos "social" para que haja mais "economia", mas que exija melhor economia para que haja mais social. E de um projecto que seja e conquiste mais e melhor democracia. À esquerda e para ganhar Portugal até 2006.



O PAÍS PRECISA AINDA MAIS DO PS

SÓNIA FURTUZINHOS

A decisão do senhor Presidente da República colocou todas as portuguesas e portugueses numa situação muito difícil. Por um lado, porque a esmagadora maioria dos portugueses queria ter podido escolher o próximo Governo. Por outro, porque se dois anos de governação Portas e Durão deixaram o país de gatas, um novo Governo ainda mais à direita, mais populista e mais demagógico retira do horizonte imediato a esperança de os portugueses terem um futuro com mais desenvolvimento e mais qualidade de vida.

Para o PS, como as intervenções de Ferro Rodrigues durante todo o processo de decisão do senhor Presidente deixaram bem claro, as razões do país estão sempre primeiro, são a razão da acção política do PS. É por isso que é particularmente doloroso para os socialistas, para mim, saber que o Governo Santana e Portas tem o aval do actual Senhor Presidente da República.

Mas neste cenário o país precisa ainda mais do PS. De um PS que faça a diferença numa altura de total descrédito dos partidos e dos políticos. De um PS capaz de suscitar, em cada portuguesa e português, o sentimento de que o envolvimento e exigência de todas e todos relativamente aos destinos do país, é decisivo para que Portugal seja melhor ou pior.

O PS vai ter que escolher um novo ou uma nova secretária-geral. A única coisa que me ocorre dizer, numa altura em que as candidaturas ainda não estão completamente definidas, é que para vencer na oposição esta direita o PS vai ter que vincar mais do que nunca o que nos distingue da direita em geral e desta em particular. Nomeadamente em matérias de desenvolvimento económico e social, em matérias de igualdade entre mulheres e homens, em matérias de família. A hora é pois de muito trabalho e coesão interna.



TEMPOS DIFÍCEIS

HELENA ROSETA

Desculpem. A decisão do Presidente da República de aceitar a demissão de Durão Barroso e nomear Santana Lopes como primeiro-ministro, sem ouvir os eleitores e ignorando os resultados da última consulta eleitoral, não abre nenhuma perspectiva ao PS. Pelo contrário, fecha-as. Essa responsabilidade é de Jorge Sampaio. A questão não é só partidária e institucional, é nacional. Os portugueses disseram nas urnas, há bem pouco tempo e de forma expressiva, que queriam outras políticas sociais, outras políticas económicas, o fim da obsessão do défice, o fim do seguidismo perante Bush na guerra do Iraque. Durão Barroso disse que os tinha compreendido... e tratou de fugir. E Jorge Sampaio aceitou delegar nos conselheiros nacionais do PSD a chave de uma decisão que devia ter sido devolvida aos eleitores, como o PS defendeu. O PR fez até mais: exigiu a continuidade de certas políticas do Executivo, tornando-se desse modo corresponsável por elas. Foi uma decisão política que o país vai pagar, estou convencida, muito caro.

Quanto ao PS: parece haver quem esteja muito satisfeito com a demissão de Ferro Rodrigues. Eu não estou. O PS deve-lhe muito e ele mostrou mais uma vez que é uma pessoa de bem. Saber agora se o PS deve "virar ao centro", ou manter a afirmação de esquerda que é a sua matriz, é uma discussão que tem de ser feita em função do interesse nacional, mais que do partidário ou pessoal. Por mim, estou convencida de que não se combate um populismo de direita com políticas de centro. A AR tem maioria absoluta, não são os consensos que faltam. O que falta é a construção de uma alternativa clara, forte, capaz de mobilizar todos aqueles que depositaram no PS a sua esperança e agora se sentem defraudados.

São tempos difíceis, em que a todos os militantes do PS é pedido que reflectam e ponderem. Não são os comentadores e analistas, ou um qualquer notável do partido, a partir de Bruxelas ou doutro local, quem deve determinar as soluções a seguir. Confio na maturidade dos socialistas para se determinarem. Só lhes peço, a todos, duas coisas: que oçam os eleitores mais atentamente do que os "recados" seja de quem for; e que se orientem, na sua escolha, acima de tudo, pelo interesse nacional. Se assim fizerem, o PS poderá sair desta crise renovado e fortalecido. É essa a minha esperança e a minha teimosia.



JOSÉ LAMEGO

POTENCIAR O PS COMO ALTERNATIVA

Uma crise é um dado de facto. Mas, sobretudo, um desafio. O desafio imediato perante o qual todos temos de estar à altura, assumindo as nossas responsabilidades, é o de criar uma solução de liderança que seja estabilizadora para o partido e criadora de esperança para a sociedade portuguesa. Estou confiante em que vamos conseguir. Tendo eu, como é sabido, apresentado já a minha candidatura ao próximo Congresso, quero dizer, com a mesma clareza e frontalidade com que me apresentei, que estou disponível para convergir numa solução que possa potenciar o PS como alternativa. Podem contar comigo, com inteiro desprendimento pessoal. Mas não contem comigo para soluções geradas numa pura lógica de equilíbrios internos e baseada numa estratégia de subpoderes. O PS tem de resolver a sua crise de liderança com os olhos postos no país, oferecendo uma alternativa forte e credível.

Estabilizada a situação interna, o PS terá de ter como objectivo central construir a alternativa, ganhar as eleições legislativas e formar um governo estável, com base num apoio parlamentar maioritário. Devemos explicitar o nosso objectivo de uma maioria absoluta, que permita um governo de legislatura.

Entretanto, para além das eleições regionais de Outubro próximo, teremos antes das eleições legislativas as eleições presidenciais e as eleições autárquicas. Quanto às autárquicas, elas disputar-se-ão numa fase de grande desgaste da actual coligação, sendo que o PS possui um conjunto de protagonistas de política autárquica conhecidos e competentes. Quanto às presidenciais, penso que a partir da Primavera do próximo ano o PS terá de clarificar as suas escolhas. Mas, repito, o desafio principal que se coloca a um partido político numa democracia representativa é ganhar as eleições legislativas.

Uma última palavra, sobre a decisão presidencial de não dissolução do Parlamento: pese embora pensar que à luz da Constituição nada obrigava a esta decisão e que no puro plano do juízo político teria sido preferível convocar eleições antecipadas, considero manifestação de puro desnorte político qualquer tentativa de afrontamento emocional e desgaste dirigido contra um Presidente oriundo da nossa área e que sempre expressou ao longo da sua vida política, de mais de quatro décadas, uma integridade pessoal irrepreensível e um sentido de Estado acima de qualquer dúvida.



JOSÉ MEDEIROS FERREIRA

O PARTIDO SOCIALISTA NÃO É OLIGÁRQUICO

O camarada Ferro Rodrigues demitiu-se de secretário-geral do Partido Socialista. É o segundo secretário-geral que o faz nos últimos dois anos e meio. Não é bom sinal tanto mais que se aproximam as eleições presidenciais. Quando António Guterres se demitiu a sua sucessão foi preparada entre o núcleo central dos seus governantes e ex-governantes. A rapidez foi então um dos critérios pois era urgente para o Partido Socialista apresentar-se perante o Presidente da República e perante o país pronto para qualquer eventualidade.

Infelizmente o Partido Socialista não apresentou então ao Presidente da República um nome para formar governo. Estou à vontade porque defendi a posição minoritária na Comissão Política em Dezembro de 2001. Marcadas as eleições antecipadas, ao nosso partido só restava apresentar-se com um secretário-geral que aceitasse tão ingrato desafio. Foi Ferro Rodrigues quem aceitou esse encargo e cheguei a compará-lo a *Duarte de Almeida* o *decepa*do que ergueu a bandeira na batalha de Toro. Mas ganhar a batalha eleitoral já era pedir de mais naquelas circunstâncias.

Se na sucessão de António Guterres a rapidez foi o critério decisivo para a escolha não creio que se deva seguir o mesmo método para a sucessão de Ferro Rodrigues. É preferível dar espaço e tempo ao debate interno do que fechar as opções à mesa do contra-relógio.

Não se pode defender a abertura do Partido Socialista à sociedade e fechá-lo à emergência de novos protagonismos dentro de si próprio.

Não vejo nenhum inconveniente em que o presidente António Almeida Santos acumule as funções de secretário-geral até à realização de um Congresso que dificilmente será bem preparado durante o pino do Verão. Mesmo as eleições regionais nos Açores e na Madeira não me parecem sofrer com esse interinato tanta é a diferenciação específica com a estabilidade dirigente do Partido Socialista nas regiões autónomas.

Tanto mais que o próximo secretário-geral terá de ser tão bom na oposição que chegue a primeiro-ministro no próximo Governo eleito em Portugal.



JORGE LACÃO

POR UMA LIDERANÇA DE CONVICÇÃO E CORAGEM

Uma visão exigente e informada do panorama político vigente denota para mim de forma clara uma predominância no sistema do peso dos interesses instalados, muitos deles de natureza corporativa associados a uma cultura do situacionismo no funcionamento das instituições. Tal panorama tem como aliados naturais os centros de influência ideológica que baseiam a sua compreensão das sociedades modernas na teoria do sucesso individual e da eficiência produtiva segundo os parâmetros circunscritos do economicismo neoliberal. Em face deste quadro, elementares pretensões políticas à esquerda para redefinir os termos de um combate antigo pela igualdade, pela justiça e pela dignidade da condição humana são frequentemente colocadas sob a suspeita do radicalismo. É por isso que se assiste, como indistigável evidência, à promoção pelos centros ideológicos mais conservadores daqueles que, no terreno da esquerda, devem ser os escolhidos - por critérios de credibilização que, acima de tudo, têm que ver com a garantia de que o sistema, segundo a lógica eleitoral das alternâncias, há-de poder sempre funcionar de forma essencialmente incólume.

Creio, por isso, que só uma profunda convicção e uma grande coragem alicerçadas nos valores mais essenciais da esquerda democrática pode ser garantia de esperança na possibilidade de regenerar um sistema profundamente afectado pela opacidade dos poderes e dos interesses particulares e sectoriais. Sei, no entanto, que conciliar objectivos de regeneração do sistema e de conquista eleitoral do poder é tarefa de imensa dificuldade. E não me iludo excessivamente quanto ao que seja a apetência prioritária dos partidos políticos, incluindo o PS. Formulo, no entanto, singelamente, um voto: o de que o futuro não dê razão às minhas apreensões de hoje. E que tal possa acontecer graças a uma orientação de convicção e de coragem prosseguida por uma nova liderança do PS.

JORNADAS PARLAMENTARES

PS É GARANTIA DE ALTERNÂNCIA TI

O PS saiu dos Açores melhor preparado para construir uma alternativa de esperança para os portugueses e "constituir-se como um garante da alternância tranquila do poder em Portugal".

Esta a ideia central emanada das Jornadas Parlamentares que decorreram, em Ponta Delgada, de 4 a 6 de Julho, sob o lema "Junto das Pessoas".

No encontro que se destinava a preparar o nosso Grupo Parlamentar para o debate anual sobre o Estado da Nação, entretanto inviabilizado pela inesperada demissão do primeiro-ministro, foi veemente a crítica à "alteração da normalidade do funcionamento da vida política portuguesa" e à "óbvia instabilidade introduzida no Governo" formado pela coligação de direita. Serenamente, o PS decidiu manter actividades já programadas com o propósito de procurar "respostas para a actual crise nacional", garantiu o deputado socialista Medeiros Ferreira, na apresentação das conclusões dos trabalhos.

No entanto, o tom crítico às políticas da maioria foi uma constante. "O Governo do PSD-PP não resolveu nenhuma das questões a que se tinha proposto", transformando, pelo contrário, um problema orçamental numa recessão económica tendo agora "mergulhado o país numa crise política". Em contraste com a "sucessão de desastres" da maioria azul/laranja no continente, o estado da Região Autónoma dos Açores, que se apresenta com um "considerável crescimento graças ao Executivo presidido por Carlos César, há oito anos" foi realçado por Medeiros Ferreira.

Segundo explicou o deputado açoriano à Assembleia da República, o clima de recessão económica e de crise política que se vive a nível nacional não tem

consequências graves na região presidida por Carlos César devido ao "modo eficiente como se aplicam nos Açores os valores e as políticas do PS".

Medeiros Ferreira lembrou também que com a governação de Carlos César foi possível baixar os tarifários energéticos e dos transportes, aéreos e marítimos, dois factores decisivos no desenvolvimento económico desta região insular e ultraperiférica.

As perspectivas financeiras para o período de 2007-2013 que se discutem em Bruxelas foram também objecto de análise no encontro de Ponta Delgada.

Seguro acusa PSD de estar agarrado ao poder

O líder da bancada socialista, António José Seguro, acusou o PSD e Durão Barroso de fazerem "chantagem" sobre o Presidente da República, de forma a impedir que este convoque eleições antecipadas, sustentando que a defesa da estabilidade política passa pela eleição de um Governo de legislatura para quatro anos.

Falando na abertura das Jornadas Parlamentares do PS, António José Seguro declarou-se "chocado" com declarações de dirigentes do PSD, segundo as quais "Durão Barroso apenas saiu do Governo porque havia um acordo com o Presidente para perpetuar o PSD no poder", o que considerou "uma chantagem inaceitável" sobre Jorge Sampaio.

Salientando que "o PS respeitará a decisão do Presidente da República", e não exercerá



qualquer tipo de pressão, Seguro referiu os motivos que levam os socialistas a defender a realização de eleições legislativas antecipadas.

"Não defendemos eleições legislativas escudadas nas sondagens que nos são favoráveis, ou por termos vencido as últimas eleições europeias, mas porque pensamos que essa é a melhor solução para restabelecer a confiança dos portugueses no sistema político", disse. Neste contexto, o líder do Grupo Parlamentar do PS sublinhou que os socialistas estão agora - na sequência da decisão de Durão Barroso de se demitir do cargo de primeiro-ministro - a ser coerentes com aquilo que defenderam em Dezembro de 2001.

"Nessa altura, o PSD exigiu a realização de eleições antecipadas. O que mudou agora no PSD para defender o contrário?", questionou António José Seguro, concluindo que "o PSD é incoerente porque

apenas está interessado em preservar o poder. O PSD está agarrado ao poder e isso mina a confiança entre eleitos e eleitores". António José Seguro justificou ainda a necessidade de eleições legislativas antecipadas com base no argumento da estabilidade política em Portugal.

"Pela terceira vez consecutiva, o país não pode ter um Governo de dois anos. Portugal não pode dar-se a esse luxo e, em nome da estabilidade, precisamos de um Executivo de legislatura para quatro anos", disse.

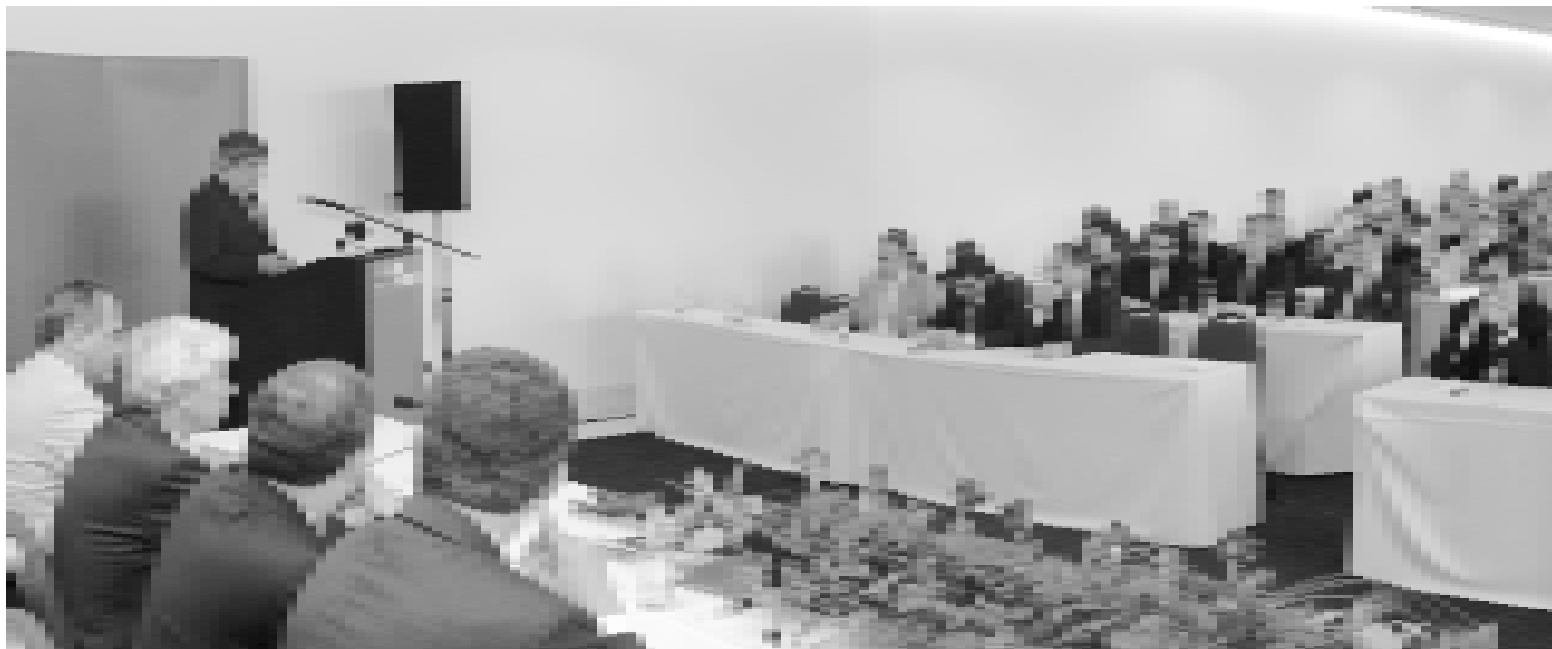
"Alguém acredita que o novo Governo de coligação será forte? É ou não mais natural que esse novo executivo se limite a ser uma espécie de comité eleitoral até ao final da legislatura?", perguntou António José Seguro.

O presidente do Grupo Parlamentar do PS considerou ainda que a decisão de Durão Barroso de se demitir do cargo de primeiro-ministro para exercer a presidência da

Comissão Europeia foi ditada "por egoísmo", o que "não ajudou a credibilizar a vida democrática".

Estabilidade açoriana não pode ser afectada pela crise do país

Carlos César, na intervenção que efectuou no encerramento das Jornadas Parlamentares, alertou que "o prolongamento excessivo da crise económica e financeira que se vive no país pode afectar o crescimento e a estabilidade das regiões autónomas, e em particular dos Açores". No entanto, sublinhou que, "apesar do Governo Regional dos Açores ser a única entidade pública com poder legislativo em Portugal que está obrigada há três anos consecutivos a um endividamento zero, e de ter sido forçado, nestes últimos sete anos, a investir mais de 320 milhões de euros na mera reposição de situações



ANQUILA DE PODER

afectados por calamidades, mesmo assim nós temos evitado nos Açores a importação da crise económica nacional". Salientando que a região autónoma tem crescido mais do que o país desde 1999, e mais do que a União Europeia desde 1998", concluiu que o PS tem razões para "ter orgulho na obra feita nos Açores, nos resultados dessa obra e na confiança que os açorianos sentem no presente e no futuro dos Açores".

Na sua intervenção, o líder do PS/Açores e presidente do Governo Regional defendeu ainda a necessidade, "absolutamente inultrapassável", de um contrato social em Portugal, nomeadamente para que "as políticas de reforma e de contenção financeira façam sentido", para que "os prejudicados de hoje se sintam beneficiários de amanhã" e para que "essas políticas não comprometam o surgimento de novas actividades e de novas empresas que confirmem sustentabilidade à retoma económica".

Por outro lado, frisou, na actual conjuntura, cabe ao PS "uma grande responsabilidade nacional em tornar claro, quer hajam ou não eleições antecipadas, que hoje o PS, mais do que uma boa oposição ao Governo, é um bom partido de Governo na oposição". E acrescentou: "Mais do que a denúncia, nós somos a proposta. Mais do que uma casa de abrigo do descontentamento que grassa entre os portugueses, nós somos o projecto da mudança, da responsabilidade, da reforma e da esperança".

Carlos César realçou igualmente o contributo dado pelos socialistas açorianos para um "Portugal melhor", mas, sublinhou, "mesmo em vésperas de eleições, não nos desfazemos em promessas".

É que, acrescentou, "sabemos que temos de fazer mais em tudo o que já fizemos e temos que fazer o que ainda não foi possível fazer ou que só agora deve ser

feito" e "sabemos também que esse é o nosso desafio". Por isso, sublinhou, para os socialistas açorianos vencer as próximas eleições regionais "é ganhar esse desafio", ou seja, "o desafio da qualidade e da sustentação da nossa autonomia".

Cada um deve assumir as suas responsabilidades

O estado da nação resume-se a uma palavra: "crise". Nas suas expressões económica, financeira, social e política, afirmou Ferro Rodrigues no encerramento das Jornadas Parlamentares do PS nos Açores. Quanto à crise económica, o líder do PS lembrou que "em 2003 produziu-se menos do que em 2001", sublinhando que "os resultados da política económica dos últimos dois anos são um rotundo fracasso, ainda mais quando comparados com as promessas irrealistas que foram feitas".

No que respeita à crise financeira, Ferro Rodrigues afirmou que um só dado basta, ou seja, "durante dois anos de governo do dr. Durão Barroso, o peso da dívida pública no PIB aumentou 4,5 pontos percentuais, ultrapassando o limite de 60 por cento".

Relativamente à crise social, apontou o facto de o desemprego ter subido de 4,5 por cento para 6,4 por cento, em cerca de dois anos, havendo mais 120 mil desempregados inscritos nos centros de emprego, ao mesmo tempo que "o salário mínimo diminuiu em termos reais".

Na saúde, Ferro Rodrigues acusou o Governo de ter falhado na "sua promessa mais emblemática", uma vez que "existem hoje mais doentes em lista de espera do que existiam há dois anos".

Sobre a crise política, o antigo secretário-geral referiu que esta tem uma "clara causa próxima", a aceitação pelo dr. Durão Barroso do cargo de presidente da Comissão Europeia, "a meio do mandato, a meio

do seu compromisso com os portugueses".

"Depois de dois anos de crise económica, de crise financeira e de crise social, o dr. Durão Barroso ainda conseguiu juntar a crise política", acusou.

"A violência da recessão e o desânimo que se criou não resultam apenas de um erro de análise. Também corresponderam à tentativa de destruir o PS, à tentativa de encontrar uma desculpa para não cumprir as promessas e ao propósito manifesto de arrefecer ao máximo a economia no início de um ciclo eleitoral, para virar a meio e colher mais tarde os benefícios".

E quanto à crise política, afirmou que ela tem como "únicos rostos o dr. Durão Barroso e aqueles que no PSD e na coligação o incentivaram a não cumprir os seus compromissos até ao fim".

"Estranho e inédito foi o facto de um primeiro-ministro em plenas funções, a meio de um mandato — e após uma estrondosa derrota eleitoral — nada ter feito para evitar um convite para Bruxelas que, a partir de um certo momento, sabia inevitável e tudo tenha feito para o aceitar", acrescentou Ferro Rodrigues.

Neste contexto, Ferro Rodrigues reafirmou que os socialistas se batiam por eleições antecipadas na medida em que essa era a "melhor forma de assegurar a estabilidade e colocar fim a um ciclo em que se sucedem governos de dois anos".

E considerou que este é o momento de todos assumirem as suas responsabilidades, ou seja, "o PSD em coerência com o seu passado: o Presidente da República cuja decisão respeitamos e na qual confiamos; e o PS afirmando-se como partido coeso, responsável e determinado para ser a alternativa que os portugueses esperam".

A terminar a sua intervenção, Ferro Rodrigues sublinhou ainda que é obrigação do PS "pensar sempre, e em primeiro lugar, nos portugueses e em Portugal, avançando sempre junto das pessoas".

O País Relativo

LEVAR A DEMOCRACIA A SÉRIO

A minha opinião não pode ser melhor explicada do que pela forma por que a tenho explicado à minha filha Margarida, que tem três anos e meio, quando me pergunta "porque é que o meu chefe já não é o Ferro Rodrigues (sic)"



MARK KIRKBY

Nenhum argumento, até agora, abalou a minha opinião inicial sobre o assunto: a decisão do presidente carece de fundamento democrático. A democracia é o que nós fazemos dela. E dela podemos ter uma visão formal ou uma visão material, ou seja, uma visão a sério. Ora, a minha opinião não pode ser melhor explicada do que pela forma por que a tenho explicado à minha filha Margarida, que tem três anos e meio, quando me pergunta "porque é que o meu chefe já não é o Ferro Rodrigues (sic)". E eu tento explicar: havia um senhor que mandava no país que se foi embora. O presidente Sampaio, que é um senhor mais velhinho

que tem por obrigação resolver estes problemas, tinha duas opções: deixar que as pessoas todas escolhessem novamente quem manda — isso é a democracia que, ela já sabe, funciona através do voto, um papel onde se põe uma cruz no partido que escolhem para mandar —, ou então escolher outra pessoa do PSD para mandar. Que o Jorge Sampaio não deixou que as pessoas votassem e escolheu sozinho outra pessoa do PSD. E que o Ferro Rodrigues ficou tão zangado que se foi embora. E que os senhores do PSD ficaram todos muito contentes, porque sabiam que se as pessoas pudessem escolher, se calhar escolhiam o Ferro Rodrigues. Não sei se a percebeu bem a história, mas o que é certo é que causou algum impacto, porque agora tenho que voltar a contar todos os dias, perante insistências intermináveis, pelo menos cinco ou seis vezes. Como dizia um grande intelectual da nossa praça, num *post* épico, a propósito de um assunto parecido, as coisas são simples, as pessoas é que têm a mania de as complicar.

Aos meus amigos elaboro mais, sem necessidade diga-se. A decisão presidencial não é democraticamente sustentável pelos seguintes motivos: Primeiro, podem vir com os formalismos constitucionais que quiserem. Mas para quem leve a democracia a sério é inaceitável qualquer solução que passe por impor ao povo português, na secretaria, um primeiro-ministro em quem ninguém votou e que, se hoje fosse a votos, com toda a probabilidade perderia as eleições. A questão não é que sempre que um primeiro-ministro se demita seja necessário dissolver a Assembleia. Não é o problema do precedente, nem colhe o argumento, tão impressionante como bacoco, dos "desvios plesbicitários". Uma visão a sério da democracia impunha um decisão que ponderasse o agregado de factores que constituem a circunstancialismo político concreto que o país vive.

O primeiro-ministro saiu, ao fim de dois anos de mandato, no contexto da crise económica e social mais grave de há décadas e no meio de um cenário de contestação social generalizada às políticas do Governo de coligação; A legitimidade formal da maioria parlamentar está fragilizada — para não dizer pior — pela derrota recente nas eleições europeias, totalmente por razões internas, que constituiu a maior derrota de sempre do PSD e, simultaneamente, a maior vitória de sempre do PS;

Todas as sondagens indicavam, não só que o PS é partido em que actualmente os portugueses mais confiam para governar, como, o que até é estranho num país como o nosso, que a maioria dos portugueses desejava eleições antecipadas;

Santana Lopes é alguém que os portugueses, mesmo os que votaram PSD, jamais imaginaram como primeiro-ministro e não houve um voto no PSD que, indirectamente sequer, possa ser entendido como um aval a que Santana Lopes seja hoje o primeiro-ministro de Portugal, ele que nem foi candidato a deputado;

O presidente tem, como é óbvio, de levar em conta na sua decisão o nome que lhe é proposto pelo partido com maioria parlamentar para novo primeiro-ministro. Isto não é fulanizar a decisão. É ler a vontade dos portugueses. Alguém acredita que a decisão presidencial teria sido a mesma se o PSD tivesse proposto para primeiro-ministro o actual presidente da Câmara de Boticas? É óbvio que "o nome" é matéria que o presidente não deixa de levar em conta, ou não deveria ter deixado de levar em conta, porque só isso é coadunável com uma visão material da democracia. Dizer o contrário é pura hipocrisia.

E, depois, gosto particularmente de surpreender os meus amigos com a frase mais polémica, mas inteiramente sentida: concordo na íntegra com as declarações da minha camarada Ana Gomes a propósito deste assunto.

O LEGADO DE DURÃO BARROSO

Quem responde agora pelos dois anos de Governo de Durão Barroso que se foi embora sem cumprir os compromissos com os portugueses e deixou o país em péssimas condições que, aliás, ele próprio criou?

É Santana Lopes que carrega esse legado bem demonstrativo do que é a

direita a governar.

Os portugueses não devem tolerar nem deixar-se enganar pelos dois anos que passaram com os resultados económicos, sociais e políticos que estão à vista de todos.





ERRO FATAL

Terá Sampaio tido medo de um eventual reviravolta populista e esquecido que é de homens sérios, mas equivocados, que o populismo se alimenta, amesquinando a prazo quem lhe escancara portas?

Jorge Sampaio convidou Santana Lopes a formar governo.

Ao fazê-lo, entregou Portugal a herdeiros não legítimos do voto no PSD em 2001 e recusou ver que, quem acreditou nas promessas de melhoria de vida que Barroso fez, nada tem que ver politicamente com o centro de gravidade da coligação que, a única vez que foi a votos, teve a maior derrota de sempre da direita.

Fundamentou a sua decisão num discurso que se resume a uma tese linear: PSD e CDS têm maioria no Parlamento, prometeram que vão continuar unidos e a orientar-se pelo programa Barroso-Portas e o PR vai fiscalizar tal designio.

Mas esse programa não corresponde ao mandato que Barroso pediu em 2001 e foi Sampaio quem disse que há vida além do orçamento e criticou o funcionamento da justiça.

A fundamentação invocada publicamente por Sampaio para a sua decisão é um erro fatal.

Circunstancialmente, faz dele fiel depositário das intenções "autênticas" da direita, contra a vontade da maioria dos portugueses, expressa em todos os indicadores disponíveis.

Estruturalmente, ao recusar ler politicamente uma conjuntura como esta, é suicidária para a figura do PR eleito pelo povo, que transforma num anotador apático de maiorias parlamentares sem rosto.

A menos que, além do discurso, haja algo que dê corpo a algum patrocínio presidencial do Governo que aí vem. O que desequilibraria o que a Constituição equilibra.

Tudo isto, ignorando os resultados das europeias. Terá Sampaio tido medo de um eventual reviravolta populista e esquecido que é de homens sérios, mas equivocados, que o populismo se alimenta, amesquinando a prazo quem lhe escancara portas?

Mas nada disto faz de Sampaio adversário do PS, o seu erro fatal faz dele apenas patrocinador do Governo do nosso adversário: a direita populista unida.



PAULO PEDROSO

Opinião

MEDEIROS FERREIRA

BARROSO ABANDONA GOVERNO MARCADO POR SUCESSÃO DE DESASTRES

A renúncia ao cargo de primeiro-ministro é uma fórmula original que o Governo encontrou para se furtar ao balanço do seu mandato, "que foi uma sucessão de desastres", e à respectiva apreciação negativa no final da sessão legislativa, disse o deputado Medeiros Ferreira, no plenário da Assembleia da República, ao fazer o balanço das Jornadas Parlamentares do PS, realizadas nos Açores, e que inesperadamente acabaram por ser condicionadas pela crise aberta pela demissão do primeiro-ministro, Durão Barroso.

As Jornadas Parlamentares, que tiveram como lema "Junto das Pessoas", e decorreram entre 4 e 6 de Julho, fizeram não só o balanço da governação do PS nos Açores, como também do Governo da maioria e da crise política que entretanto se verificou.

"O Governo do PSD-PP não resolveu nenhuma das questões a que se tinha proposto", disse o deputado, exemplificando com o facto de nada ter sido conseguido relativamente ao equilíbrio orçamental, e de, em domínios como a educação, ciência, investigação e sociedade do conhecimento, se ter revelado um deserto total.

"Pelo contrário — disse —, o Governo PSD-PP transformou primeiro uma questão orçamental numa recessão económica e agora mergulhou o país numa crise política". Para Medeiros Ferreira, o que se passou foi uma "sucessão de desastres", de que o exemplo mais dramático foi o aumento do desemprego em todas as regiões do país, com excepção da Região Autónoma dos Açores. "Os cerca de 120.000 desempregados em dois anos alçam a percentagem de desemprego na



República para 6,4 por cento, enquanto nos Açores este passou de 7,9 por cento em 1995 para 2,9 por cento em 2003", afirmou.

Referindo-se à demissão de Durão Barroso, disse que hoje se compreende melhor a recusa do primeiro-ministro Juncker, do Luxemburgo, em aceitar o cargo de presidente da Comissão Europeia, porque assim "poupou o seu país a uma crise política facultativa e exportou para outros a avaliação do deve e haver da operação".

Mas esse não foi o entendimento de Durão Barroso, na medida em que, "enquanto anunciava o candidato português António Vitorino, não resistiu à cativação do seu próprio nome após a eliminação de outros primeiros-ministros. O convite foi honroso, a sua aceitação já não tanto", referiu.

O deputado socialista foi ainda mais longe no período de debate e disse que Barroso "aproveitou maliciosamente o nome de um honrado comissário português para se insinuar na negociação".

No final da sua intervenção, considerou que o PS saiu das Jornadas Parlamentares "mais bem preparado para constituir uma alternativa de esperança para os portugueses e garantir a alternância tranquila do poder em Portugal".

O deputado afirmou ainda que, para o Partido Socialista, é natural virar à esquerda, como se confirma com os oito anos de Governo PS nos Açores. "É este apelo dos Açores, lançado pelo PS, que queremos fazer chegar a todo o país. É necessário um bom Governo de Portugal liderado por um Partido Socialista que aprendeu com as lições do passado e do presente", disse.

JANTAR DO GP/PS

PRESIDENTE NÃO DEVE FICAR DEPENDENTE DE MAIORIAS PARLAMENTARES

"É essencial que o Presidente da República não fique dependente de maiorias parlamentares, mesmo quando estas o tentam condicionar" no exercício dos seus poderes, afirmou o ainda secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, no jantar do Grupo Parlamentar que assinalou o final da sessão legislativa.

No auge da crise política e preparado para ir a votos, Ferro Rodrigues apelou ao respeito pela autonomia constitucional dos poderes do Chefe de Estado, porque se trata de uma figura eleita por voto universal, e sublinhou a necessidade de haver transparência ao nível das soluções governativas.

Dirigindo-se ao partido, Ferro considerou haver unidade em torno da sua liderança, referindo ter sido eleito duas vezes



secretário-geral do PS e ministro durante seis anos. "A haver algum problema de legitimidade não é comigo, mas com o líder do PSD", disse, garantido estar preparado para disputar eleições, se fosse essa a decisão de Jorge Sampaio. Por sua vez, o líder da Delegação Portuguesa no Parlamento Europeu, António Costa, defendeu que, "de acordo com as regras do bom senso", deviam ser marcadas eleições legislativas antecipadas. Na sua opinião, "o Governo até se pode manter sob a protecção de quem tem o poder de decidir (Jorge Sampaio), mas não terá seguramente o apoio da maioria dos portugueses". Segundo Costa, se Sampaio aceitasse nomear um novo Governo a partir do actual quadro parlamentar, pela primeira

vez Portugal teria um Executivo "em que o Chefe de Estado não tem qualquer possibilidade eficaz de controlo sobre ele em metade do seu mandato".

Costa referia-se, assim, à impossibilidade constitucional de Jorge Sampaio dissolver o Parlamento nos seus seis últimos meses de mandato, ou de o seu sucessor na Presidência da República (eleito em princípio em Janeiro de 2006) dissolver a Assembleia da República nos primeiros seis meses do seu mandato. Segundo referiu, metade do mandato do novo Governo ficaria sem qualquer controlo eficaz pelo Presidente da República, "colocando em causa o nosso sistema constitucional de pesos e contrapesos entre os diferentes poderes".

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

PROPOSTAS DO PS INVIABILIZADAS PELA MAIORIA

Um conjunto de mais de dez propostas da bancada do PS para alteração à lei de execução orçamental foi inviabilizado pela maioria parlamentar de direita.

Os socialistas pretendiam introduzir no quadro legal em vigor o princípio da “prudência sobre as projecções macroeconómicas” a constarem nas futuras propostas do Governo para o Orçamento de Estado.

O PS defendeu também a inclusão do “princípio da sustentabilidade” em todas as propostas orçamentais, dando “maior atenção ao peso da dívida

pública no conjunto do Produto Interno Bruto (PIB)”.

As propostas apresentadas pela bancada socialista previam ainda a obrigatoriedade de os governos em funções procederem ao estudo do impacto das medidas orçamentais, três anos após a sua aprovação, pela Assembleia da República, assim como “a valorização do debate sobre a orientação da despesa pública, com especial incidência na reforma da administração pública”.

O PS defendeu ainda que a Assembleia da República criasse uma comissão de

peritos – cada membro com um mandato de cinco anos – para estudar a execução orçamental e a criação de uma unidade de apoio técnico, tendo em vista auxiliar o Parlamento a proceder a um estudo prospectivo das propostas de orçamento.

As propostas de alteração socialistas foram apresentadas pelos deputados Eduardo Cabrita, Joel Hasse Ferreira, Teresa Venda, Maximiano Martins e Fernando Serrasqueiro, e mereceram o apoio das bancadas do PCP Bloco de Esquerda e Partido Ecologista “Os Verdes”.

PROTECÇÃO DO CONSUMIDOR

TÊXTEIS CANCERÍGENOS PARA BEBÉS PREOCUPAM SOCIALISTAS

Na sequência de uma denúncia apresentada pela Federação da Indústria Têxtil e do Vestuário de Portugal, segundo a qual chegaram a território nacional, provenientes da China, roupas para bebés com substâncias cancerígenas, a deputada socialista Maria Santos entregou na mesa da Assembleia da República, no passado dia 29 de Junho, um requerimento onde questiona os ministros adjunto e da Saúde sobre as medidas que serão implementadas por forma a impedir a entrada destes têxteis

em Portugal e sobre as iniciativas que a tutela irá tomar no sentido de proteger os consumidores e a saúde pública neste sector.

“A análise de produtos têxteis tem revelado que eles contêm frequentemente grandes quantidades de produtos químicos, nomeadamente *formaldeído*, corantes azóicos, dioxinas e pesticidas, além de metais pesados como cobre, crómio, cobalto, crómio, zinco e níquel”, refere o documento, onde também se alerta para a suspeita de que “todas estas

substâncias provocam cancro, alergias, eczema e malformações nos fetos. Daí que estas situações careçam de atenção e vigilância redobrada”.

Por último, Maria Santos deixa um alerta: “As crianças são, pela sua fragilidade, particularmente susceptíveis aos efeitos da poluição e do contacto com substâncias tóxicas, pelo que são as primeiras a sofrer as consequências de políticas e práticas marginais ao processo de desenvolvimento sustentável”.

CULTURA

GOVERNO CORTA NO APOIO ÀS ARTES

A política de apoio público à criação artística enferma de atrasos sucessivos, subfinanciamento e erros “deploráveis” que atacam promoção e preservação da Cultura em Portugal.

Esta a ideia central expressa por uma nota à Imprensa da responsabilidade dos deputados socialistas Manuela de Melo e Augusto Santos Silva, após uma visita à sede do Instituto das Artes (IA), no passado dia 30 de Junho.

No dossiê do apoio aos projectos

puntuais, os parlamentares do PS exprimem a sua preocupação pelo facto das verbas a atribuir para 2004 só terem sido lançadas após o início do respectivo ano.

“O atraso é, pois, enorme e terá necessariamente consequências sobre o concurso para 2005, atrasando-o também”, alertam, apontando igualmente para o risco de, “pelo menos em certas regiões, haver menor financiamento público para as companhias de teatro”,

dado que, pela primeira vez, os concursos para apoios sustentados plurianuais integram também os apoios à gestão e programação e programação de salas e acções de formação ou itinerância.

Por outro lado, Manuela de Melo e Augusto Santos Silva criticam ainda que um dos melhores projectos do antigo Instituto Português das Artes do Espectáculo, o Programa de Difusão, tenha sido “liquidado” pelo Governo.

HABITAÇÃO

FICHA TÉCNICA FORA DE PRAZO

Depois de anunciar com pompa e circunstância a instituição da obrigatoriedade de apresentar uma “ficha técnica de habitação” na celebração de qualquer contrato de aquisição ou arrendamento de novos fogos, o Governo acabou por “deixar morrer na praia” o processo que agora voltou à estaca zero.

Face a esta situação, o deputado

socialista António Galamba apresentou um requerimento no Parlamento em que questiona o ministro adjunto, Luís Arnaut, sobre “as razões que determinaram a não aprovação da portaria regulamentar da ficha técnica da habitação dentro do prazo estabelecido”.

Galamba exige saber se se registou, neste caso, uma “situação de negligência ou falta de zelo no

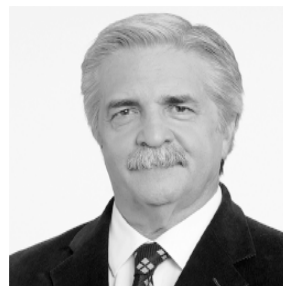
desempenho das funções e/ou na não aprovação da referida portaria”.

“O facto de se tratar de uma iniciativa conjunta do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação; do Ministério da Economia e do ministro adjunto do primeiro-ministro constitui um motivo de perturbação na procura das soluções regulamentares da ficha técnica de habitação?”, questionou.

Opinião

A TRANSPARÊNCIA E O ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL

A maioria parlamentar PSD/CDS fez aprovar um novo mapa do PIDDAC Regionalizado, no qual se escamoteiam os projectos e as actividades, ficam do apenas as medidas. Ora, isso torna impossível o acompanhamento e o controlo pelo Parlamento não só de toda a execução dos investimentos públicos nomeadamente de alcance regional e local, como impede não só deliberações concretas como simples recomendações sobre investimentos concretos.



JOEL HASSE FERREIRA

As preocupações do Presidente da República, oportunamente expressas com toda a clareza, chamaram a atenção para a importância de um mais participado, transparente e rigoroso processo orçamental. Esse é um processo que deveria evoluir para um sistema bi-etápico, o que tem tido o acolhimento dos deputados socialistas em geral e nomeadamente dos mais envolvidos nos processos orçamentais. Ora, o que se passou na Assembleia da República assume particular

gravidade, nomeadamente quando a maioria parlamentar que suporta o Executivo das direitas se mantém em funcionamento.

Quanto à transparência, a maioria parlamentar PSD/CDS fez aprovar um novo mapa do PIDDAC Regionalizado, no qual se escamoteiam os projectos e as actividades, ficando apenas as medidas. Ora, isso torna impossível o acompanhamento e o controlo pelo Parlamento não só de toda a execução dos investimentos públicos nomeadamente de alcance regional e local, como impede não só deliberações concretas como simples recomendações sobre investimentos concretos. O que se passou traduz bem a opacidade dos procedimentos adoptada pela actual maioria, animada pela vontade de concretizar certamente as mais graves práticas clientelares, na preparação das eleições autárquicas.

Quanto aos debates da Primavera, nos quais o Governo deveria apresentar, segundo a proposta do PS, um mapa já aprovado pelo Executivo, integrando os valores essenciais para as diferentes áreas da receita e da despesa, a maioria das direitas recusa essa discussão, rejeitando portanto a proposta do PS e a sugestão do Presidente Sampaio quanto à adopção e concretização de um processo participativo e bi-etápico, estratégico e agregado na Primavera e pormenorizado no Outono. Tal procedimento, caso tivesse sido adoptado, permitiria que a discussão orçamental ultrapassasse o núcleo de assessores governamentais e directores-gerais, podendo as opções de fundo ser discutidas por todo o país.

Mais ridículo ainda foi a rejeição pela impopular maioria parlamentar das direitas de um conjunto de princípios enformadores do Orçamento, de entre aqueles que o PS propôs, com particular destaque para o princípio da sustentabilidade. Ora este princípio vai ganhando cada vez mais importância no plano europeu. A própria Comissão Europeia já propôs ao ECOFIN/Conselho Europeu dos Ministros da Economia e Finanças o reforço do critério da sustentabilidade dos processos de desenvolvimento e de consolidação financeira, medidos pela relação entre o valor da dívida pública e o do Produto Interno Bruto de cada Estado membro. Algumas horas depois de Vítor Constâncio ter sublinhado esse aspecto na Comissão Parlamentar de Economia e Finanças, é rejeitada na mesma Comissão a introdução proposta pelo PS do “princípio orçamental” da “sustentabilidade das finanças públicas, aferida pelo rácio da dívida pública no PIB”.

Em suma, tornou-se mais opaco o processo orçamental.

30 ANOS DA JS REVISITADOS EM LIVRO

O “papel relevantíssimo” desempenhado pela JS na vida do partido e do país nas últimas três décadas foi destacado por Almeida Santos, na apresentação do livro “Juventude Socialista – 30 anos de Estórias de Portugal e do Mundo”, no dia 14, na livraria da Assembleia da República, e que contou com a presença de vários dos antigos secretários-gerais.

O presidente do PS, que fez o prefácio da obra, manifestou-se contra o

juízo errado que muitos têm das juventudes partidárias, já que, sublinhou, elas são, em particular a JS, “o motor de arranque ideológico dos partidos”. É que, argumentou, “os jovens chegam sempre primeiro às ideias e estão também sempre mais livres para aderir às ideias novas”. Almeida Santos teve ainda palavras de muito apreço para o militantismo e inconformismo dos muitos milhares de jovens que ao longo dos anos pertenceram à JS, bem como para a “qualidade política e cívica” dos diversos secretários-gerais da organização, além de outros que “brilharam ou brilham no firmamento político adulto” e que fizeram na JS a sua iniciação política.

Perante uma plateia de antigos e actuais dirigentes da organização, a secretária-geral da JS, Jamila Madeira, referiu que a edição deste livro “é um marco que permite ver o papel de milhares e milhares de jovens socialistas que mudaram muita coisa na sociedade”.

Sublinhando que “a JS esteve sempre na primeira linha da luta por um Portugal mais sólido e mais progressista”, lembrou algumas das grandes causas que esta organização defendeu ao longo de três décadas, como a interrupção voluntária da gravidez, o fim do serviço militar obrigatório, o direito do povo timorense à autodeterminação e independência, a discriminação dos jovens toxicodependentes, entre muitas outras, e campanhas “radicais” como a da distribuição de preservativos.

Partindo de uma ideia de Jamila Madeira, posta em prática pelas camaradas Marina Lopes e Pedro Sá, “Juventude Socialista – 30 anos de Estórias de Portugal e do Mundo” pretende ser, tal como o título indica, uma viagem no tempo, preenchida no essencial por memórias dos seus principais dirigentes e abundante documentação histórica e fotográfica.

J.C.C.B.



DNMS

A MARCA DA QUALIDADE FEMININA NO PS

A futura liderança do PS não deve permitir que esmoreça a dimensão que a igualdade ganhou com a direcção cessante.

Esta a reivindicação deixada pela presidente do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas (DNMS) na sessão comemorativa do primeiro ano de trabalho do actual executivo.

Num convívio que reuniu, ontem, no jardim da sede nacional do PS, centenas de camaradas dos diversos departamentos federativos, dirigentes socialistas e militantes, Sónia Furtuzinhos discorreu sobre um ano que teve “a marca de qualidade” no feminino e de projectos para o futuro.

Depois de salientar a importância da primeira eleição directa no DNMS, da descentralização de iniciativas e reuniões, e das frentes de luta travadas pelas mulheres do PS: igualdade, despenalização do aborto e melhoria das políticas de família, Sónia Furtuzinhos afirmou que o departamento que lidera “continuará empenhado em reforçar o esforço pela proximidade”.

Na ocasião, a líder do DNMS apresentou o encarte “Mulheres Socialistas”, que mensalmente sairá com o órgão oficial do PS, anunciando igualmente a existência on-line de uma página do DNMS.

“Pretendemos com estas duas iniciativas, aprofundar o nosso trabalho de intervenção”, adiantou, anunciando ainda, para este Verão, o lançamento de uma campanha de âmbito nacional a levar a cabo pelo Departamento e que visará sensibilizar a sociedade para o princípio da igualdade de género e para



a necessidade da participação cívica.

“Não podemos dar tréguas ao combate político de que o País precisa”, defendeu a presidente do DNMS, frisando que “é errado pensar que entre os partidos políticos não há diferenças”, porque “dois anos e meio de retrocessos dão bem conta disso”.

Lembrando que o Departamento de Mulheres só será útil no seio do PS “se constituir um espaço de discussão e construção por um Portugal melhor”, Sónia Furtuzinhos manifestou-se pronta e disponível para dar a cara, no próximo ano de trabalho, aos desafios que se perfilam em duas grandes áreas.

“Apelamos a uma forte mobilização nas autárquicas de 2005 e queremos concluir o estudo sobre a organização interna do PS, no sentido de apurar se ela é ou não potenciadora efectiva da participação feminina na política”, disse, antes de passar a uma emotiva homenagem à camarada Alzira Lemos, “uma referência socialista, uma lutadora e feminista”, e à evocação das memórias

de duas mulheres notáveis recentemente falecidas: Sophia de Mello Breyner Andresen e Maria de Lurdes Pintasilgo.

O momento de poesia a cargo de Maria Barroso, que deu voz às luminosas palavras da poetisa portuguesa, antecedeu a intervenção da presidente do Departamento Federativo das mulheres socialistas do Algarve, Almerinda Pinho, que procedeu a um balanço obviamente positivo das actividades desenvolvidas ao nível regional e se propôs uma reflexão colectiva sobre o actual momento político nacional.

“Discordo, naturalmente, da decisão do senhor Presidente da República relativamente à não convocação de eleições antecipadas porque foi contra a maioria das mulheres e homens portugueses”, declarou, para depois chamar à concentração das energias socialistas no feminino para o combate nas autárquicas.

MARY RODRIGUES

SAÚDE

DIREITA RECUSA APURAR SITUAÇÃO DAS LISTAS DE ESPERA

Dois projectos de resolução do PS para a criação de uma comissão eventual de acompanhamento das listas de espera para cirurgia e para a realização de um estudo nacional sobre este problema foram chumbados, no passado dia 1, pela maioria parlamentar de direita.

Na apresentação dos diplomas, em plenário da Assembleia da República, o deputado socialista Luís Carito acusou o primeiro-ministro demissionário de “ter fugido do país com uma lista de espera de 150 mil pessoas” e a aguardar intervenções cirúrgicas, superior à que existia quando o seu Governo tomou posse em Abril de 2002.

A pesar de terem contado com a oposição das bancadas que suportam o Governo, os projectos de resolução da bancada socialista mereceram o apoio do PCP, Bloco de Esquerda e Partido Ecologista “Os Verdes”.



DIREITOS DAS CRIANÇAS

TODOS SOMOS RESPONSÁVEIS

Há sinais de melhoria encorajadores na vida das crianças do mundo e na protecção dos seus direitos fundamentais, mas os avanços efectivaram-se de forma desigual e ainda persistem os obstáculos, particularmente nos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, pelo que existe ainda muito trabalho a fazer, sendo por isso preciso “quebrar o silêncio”.

Esta a mensagem central da intervenção da deputada socialista Rosa Maria Albernaz à 110ª Assembleia da União Interparlamentar realizada no México. Defendendo que a “salvaguarda dos direitos das crianças é um imperativo ético inadiável”, a deputada socialista considera ser urgente ouvir e agir de acordo com os apelos lançados pela Amnistia Internacional e outros organismos, combatendo a persistente

impunidade que se tem registado, nomeadamente, no flagelo de que são vítimas os mais novos em contexto de confrontação bélica.

“Não podemos esquecer que mais de 300 mil crianças combatem em conflitos armados que ocorrem em mais de 30 países de todo o mundo. Milhares de crianças têm vindo a ser recrutadas, tanto pelas forças armadas governamentais como por grupos armados de oposição”, lembrou Rosa Maria Albernaz.

Sobre o tráfico de crianças para trabalhos forçados, exploração sexual e ablação dos seus órgãos, a parlamentar do PS afirmou que o rapto de menores não pode cair no esquecimento, numa alusão directa à situação moçambicana.

“O tráfico de crianças, onde quer que

aconteça, é uma terrível e intolerável violação dos seus direitos fundamentais”, disse, frisando de seguida a urgente necessidade de se procurarem “formas de acção mais consequentes”. “O Conselho Executivo da UNICEF afirma no relatório de Janeiro de 2004 que o desafio consiste em governos e comunidade quebrarem o silêncio que envolve o tráfico a todos os níveis”, recordou, considerando ainda que, ao nível da protecção, “o edifício legislativo internacional e europeu está construído, mas carece de aperfeiçoamentos e urge fazê-lo cumprir”.

Todos nós somos responsáveis por esta impunidade contínua violação aos direitos das crianças e por uma ainda não efectiva cultura da infância”, concluiu.

M.R.

SOCIALISTAS EUROPEUS MANIFESTAM DÚVIDAS SOBRE DURÃO BARROSO

O Grupo Socialista no Parlamento Europeu nunca dará o seu voto positivo e o apoio político a um nomeado para a presidência da Comissão Europeia que tenha a intenção de levar a União num sentido contrário às convicções dos socialistas europeus, afirmou na audiência a Durão Barroso o líder do Partido dos Socialistas Europeus, Poul Rasmussen.

Durão Barroso respondeu às perguntas dos eurodeputados socialistas, que quiserem conhecer as suas ideias sobre as formas de tornar a União Europeia competitiva, socialmente forte e com uma voz no mundo. O sentido de voto resultante desta audiência, que se repetirá também noutros grupos políticos do Parlamento Europeu, será depois conhecido no próximo dia 20, quando a sua nomeação for submetida ao escrutínio dos eurodeputados no plenário de Estrasburgo.

Numa declaração inicial, Poul Rasmussen afirmou haver "cepticismo e grandes dúvidas" no Grupo Socialista, bem como "uma série de áreas muito importantes nas quais necessitamos de saber se vai

levar a cabo políticas que correspondem ao desejo dos cidadãos ou políticas semelhantes às do Governo português, que estiveram em conflito com as nossas prioridades".

Para questionar Barroso, os socialistas escolheram áreas como a competitividade da Europa e o emprego, os serviços públicos e o desenvolvimento sustentável. Numa carta enviada a todos os membros do Conselho Europeu, Poul Rasmussen, e o ex-presidente do Grupo Parlamentar dos Socialistas no Parlamento Europeu, Baron Crespo, disseram que o candidato à presidência da Comissão Europeia deve possuir um conjunto de qualidades para poder ser apoiado pelos socialistas europeus.

Para os socialistas, o novo presidente deve ter provas dadas na promoção do projecto europeu, uma convicção profunda de que o reforço da competitividade europeia deve ir a par com a responsabilidade social e a segurança, conseguir levar a Europa aos cidadãos numa União alargada a 25 ou mais membros e ter capacidade

para unir os diversos grupos políticos em favor da partilha dos objectivos europeus. Rasmussen e Barón Crespo, afirmaram ter dúvidas de que Durão Barroso possua as duas primeiras das referidas qualidades. No final da audiência, o líder da delegação portuguesa no PE, António Costa, referiu que a visão extremamente negativa que Barroso tinha das políticas económica, social e ambiental dos anos em que foi primeiro-ministro apareceu alterada. "Barroso pareceu hoje um homem novo não só no nome, mas também no discurso. Espero que não seja apenas para agradar aos socialistas, mas que essas posições sejam incluídas no seu programa", afirmou.

Por já conhecerem bem Durão Barroso, como referiu Costa, os socialistas portugueses optaram por não intervir no debate, deixando aos seus camaradas do Grupo a liberdade de colocarem as questões que entendessem sem condicionamentos. No entanto, por se tratar de um português, os eurodeputados socialistas não votarão contra.

Opinião

O CONGRESSO DA LIBERDADE

Os militantes do PS partem para o Congresso na mais perfeita igualdade e esperam, lucidamente, que este a venha a consagrar em termos práticos, renovando uma saudável convivência de que carecem os socialistas.



LUÍS MARINHO
EX-VICE-PRESIDENTE DO PE

Concluiu-se na sexta-feira passada um longo ciclo político que começou com a ascensão de António Guterres a secretário-geral do partido em 1992. Porque a liderança de Ferro Rodrigues significou a última vontade do ex-primeiro-ministro socialista que se esgota, agora, no acto de demissão do actual líder. Ainda que a genética política de Ferro Rodrigues tivesse origem nos antipodas do pensamento político de António Guterres, a verdade, por muito paradoxal que seja, é que o poder partidário lhe foi directamente transmitido por este.

GRUPO SOCIALISTA ELEGE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTES

O eurodeputado alemão Martin Schultz, que exerce funções no Parlamento Europeu já há dez anos, foi eleito no passado dia 25 de Junho por uma larga maioria presidente do Grupo Parlamentar dos Socialistas Europeus por um período de dois anos e meio. Votaram a favor 158 deputados e 28 contra.

Schultz, que disse pretender ser um líder de um Grupo Socialista "orgulhoso e forte", considerou que os resultados das últimas eleições europeias indicaram que os eleitores por toda a Europa querem que os socialistas e sociais-democratas trabalhem para eles e protejam os seus interesses

contra as ameaças da globalização. "É nossa missão cumprir estas expectativas", disse o eurodeputado.

Martin Schultz referiu que os socialistas sempre foram os campeões da liberdade e da democracia e sublinhou que, agora, com o alargamento, a segunda maior família política possui igualmente membros que viveram em regimes ditatoriais até há pouco tempo.

Actualmente, entre os 201 eurodeputados do Grupo Socialista existem representantes de 23 dos 25 países da União Europeia.

No dia seguinte, foram eleitos os sete vice-presidentes e o tesoureiro do Grupo

Socialista. São eles Magda Kovacs, da Hungria, Pasqualina Napoletano, de Itália, Harlem Désir, de França, Barbara Dührkop, de Espanha, Hannes Swoboda, da Áustria, Robert Goebbels, do Luxemburgo e Jan Marinus Wiersma, da Holanda. Atesoureira será a britânica Linda McAvan.

As principais tarefas dos vice-presidentes são a planificação e a coordenação dos programas e actividades do Grupo Socialista, ligação com as instituições da União Europeia e com o Partido dos Socialistas Europeus.

O presidente cessante do Grupo Socialista era o espanhol Henrique Baron Crespo.

DEPUTADOS EUROPEUS E NACIONAIS VÃO REFORÇAR COMUNICAÇÃO

Os grupos parlamentares da Assembleia da República e os eurodeputados eleitos para o Parlamento Europeu decidiram estabelecer, numa reunião em que participou o presidente da delegação do PS em Bruxelas, António Costa, um diálogo sistemático sobre os assuntos nacionais e europeus para tentar colmatar o défice de comunicação existente.

O presidente da Assembleia da República considerou que a aproximação entre os

deputados do parlamento nacional e os eurodeputados portugueses pode ser extremamente proveitosa para o acompanhamento dos assuntos políticos em debate em Bruxelas e em Lisboa.

As reuniões a realizar no futuro serão coordenadas pela Comissão Parlamentar de Política Externa e Assuntos Europeus da Assembleia da República e por cada um dos grupos parlamentares com eurodeputados portugueses.

A presidência da Assembleia da República considera que tanto os eleitos para o Parlamento Europeu como para o nacional ainda não foram suficientemente longe no que respeita a formas de colaboração.

Cada um dos quatro cabeças de lista eleitos ao Parlamento Europeu terá como missão apresentar de forma rotativa uma proposta estruturada de agenda para as reuniões sobre assuntos em curso em Lisboa e em Bruxelas.

ESPAÑHOL JOSEP BORREL ESCOLHIDO PARA PRESIDENTE DO PARLAMENTO EUROPEU

O Grupo Socialista no Parlamento Europeu elegeu o espanhol Josep Borrel para desempenhar o cargo de presidente do Parlamento Europeu durante a primeira metade da nova legislatura. Josep Borrel, de 57 anos, foi o cabeça de

lista do PSOE nas últimas eleições europeias e desempenhou já inúmeros cargos governamentais. Foi secretário de Estado do Tesouro e ministro das Obras Públicas e, posteriormente, do Ambiente. Entre 1999 e 2004 foi presidente da Comissão dos

Assuntos Europeus no Parlamento espanhol. Foi também membro da Convenção sobre o Futuro da Europa, que concebeu o projecto de Tratado constitucional. Borrel é doutorado em Ciências Económicas.

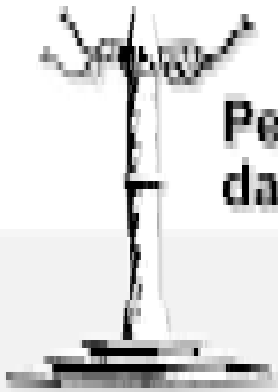
Por maior que venha a ser, assim o espero, a influência de António Guterres no país, constatemos que não tem hoje nenhuma na vida interna do Partido Socialista. Por vontade própria - o que é de louvar! - quando, na boa tradição dos partidos de esquerda, as sucessões se fazem normalmente na continuidade das lideranças anteriores ou, caso contrário, acabam por se confrontar com as tempestades que os ex-líderes vão soprando para dentro dos partidos. Não foi felizmente o caso, na circunstância que levou à queda de Ferro Rodrigues.

Acresce que há muito tempo, com maior ou menor pudor, os "filhos do guterrismo" foram esquecendo a paternidade e, como é próprio de um partido libertário, foram levantando voo um a um, em formação dispersa, nem sempre seguindo, porém, o melhor rumo.

Não há, por isso, herdeiros políticos de Guterres reconhecíveis à vista desarmada e muito menos herdeiros de Ferro Rodrigues. O que é bom. O barco vai de partida, todas as amarras foram levantadas, os marinheiros olham a viagem com algum temor e incerteza, mas nesta arrancada para o futuro, uma coisa se adquiriu para bem do PS: agora somos, na altitude zero, todos iguais! Deixou de haver os que foram isto e foram aquilo, os mais próximos e os mais distantes, os do serralho e os de fora, os confidentes e os outros.

Os militantes do PS partem para o Congresso na mais perfeita igualdade e esperam, lucidamente, que este a venha a consagrar em termos práticos, renovando uma saudável convivência de que carecem os socialistas.

Na oposição, sem fantasmas ou ilusões de poder, despojados dos tiques e dos hábitos do mando, que muitos não perderam por inércia de seis anos a governar Portugal, o que se pede ao PS no próximo Congresso é a reposição do sonho e da ambição de dar um destino a Portugal nos valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade, que fundam o pensamento socialista moderno. Não vamos ao Congresso remexer no passado. Não nos vamos queixar de nenhuma dor. Vamos olhar para a frente com a esperança simples de que o nosso entusiasmo militante dê ao PS a energia, a alegria e a força que voltarão a fazer dele o maior partido português.



Pelourinho da República

“Eu sei que haverá eleições antecipadas, só não sei quando”

Medeiros Ferreira

Assembleia da República, 8 de Julho

“Nenhum primeiro-ministro que se preza se coloca de forma tão subserviente sob a tutela presidencial”

Pacheco Pereira

http://Abrupto.Blogspot.com

“O primeiro gesto (de Santana Lopes) após ter sido indigitado pelo partido não foi ir ao Presidente da República, mas à TV”

Marcelo Rebelo de Sousa

TVI, 11 de Julho

“Santana vive dos títulos dos jornais e das frases que passam em rodapé nas televisões. Por isso terá, todos os dias, uma ideia para ocupar esses espaços, ideia de que se esquecerá tão depressa como os eleitores, pois a ideia de cada dia serve para fazer esquecer a do dia anterior”

José Manuel Fernandes

“Público”, 13 de Julho

“A falta de credibilidade da dupla Lopes e Portas é confirmada pelos seus primeiros apoiantes, a começar pelos exemplares mais destacados do populismo nacional, como João Jardim e Luís Menezes”

Manuel Villaverde Cabral

“Diário de Notícias”, 9 de Julho

“A culpa de estarem no poder não é deles (Santana e Portas). É de todos os que não os souberam combater nos últimos dez anos dentro das regras democráticas”

Eduardo Dâmaso

“Público”, 14 de Julho

“Pedro Santana Lopes é um nome impossível de gerar qualquer espécie de consenso ou de estabilidade”

Editorial de “A Capital”

7 de Julho

“Vamos ter um Governo em campanha eleitoral nos próximos dois anos”

Mário Soares

“Expresso”, 10 de Julho

“Nunca tinha visto Sampaio tão aflito”

Idem, ibidem

“Mudança do Governo para a Ajuda custa 430 milhões”

Título de 1ª página do “Diário de Notícias”

12 de Julho

“Não há razões para que o Ministério da Agricultura não vá para Santarém, que o do Turismo não vá para Faro e que o da Economia não vá para o Porto”

Santana Lopes

SIC, 11 de Julho

BREVES

FEDERAÇÕES

António José Seguro apelou aos militantes do PS para transformarem a decepção pela não convocação de eleições antecipadas em energia necessária para trabalhar com os portugueses nos próximos dois anos.

No final de um encontro sobre cidadania promovido pela **Federação Distrital de Setúbal do PS**, no passado dia 10, Seguro defendeu: “Temos de transformar a decepção em energia para trabalhar com os portugueses, porque as ideias que temos para o país não acabaram ontem (dia 9). Foram apenas adiadas por dois anos”.

A coligação PSD/CDS-PP recebe eleições legislativas antecipadas por ter “medo do povo”. Esta a denúncia feita pelo coordenador nacional do PS para as autárquicas de 2005, Jorge Coelho.

“O PSD está agarrado ao poder que nem uma lapa e não o quer largar, nem deixar os portugueses exprimir uma opinião”, criticou Coelho, que discursava, no passado dia 8, em Faro.

Durante uma conferência de Imprensa promovida pela **Federação do PS/Algarve** para analisar a situação política actual e as eleições autárquicas de 2005, Jorge Coelho afirmou que “o PS não faz chantagem, nem ofende o Presidente da República como a direita está a fazer”.

CONCELHIAS

Os socialistas de Ourém lamentaram que Durão Barroso “tenha preferido o seu percurso e projecção individual em detrimento dos compromissos assumidos com os portugueses”.

Num comunicado emanado de uma reunião da **Comissão Política Concelhia do PS/Ourém**, os socialistas refutam também a atitude do presidente da autarquia local (do PSD) de aprovar o projecto e lançar o concurso para a construção dos novos Paços do Concelho, orçado em cinco milhões de euros, quando a maioria das freguesias do concelho aguardam, há vários anos, a construção de jardins de infância.

SECÇÕES

A **Secção Sectorial da Saúde do PS de Vila Real** criticou duramente a política de saúde que tem vindo a ser seguida no distrito, denunciando a degradação da qualidade da prestação de serviços, com a diminuição da importância dos centros de saúde e a mercantilização dos hospitais.

A integração dos centros de saúde de Vila Real I e II,

Réguia, Santa Marta da Penaguão e Mesão Frio no Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Réguia foi considerada pelo PS uma medida que vai contra as recomendações da Organização Mundial de Saúde no que respeita à organização de cuidados primários e diferenciados e que irá desvalorizar simultaneamente os centros de saúde e a medicina familiar.

AUTARQUIAS

Os **deputados socialistas da Assembleia Municipal de Lisboa** querem que a Procuradoria-Geral da República se pronuncie sobre a legalidade de o actual ministro e ex-vereador Carmona Rodrigues assumir o cargo de presidente da Câmara de Lisboa.

Os socialistas apresentaram na reunião da Assembleia Municipal do passado dia 13 de Julho uma proposta no sentido de requerer ao ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente que solicite um “parecer ao Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República” sobre esta matéria.

O **grupo parlamentar do PS da Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova** apresentou, juntamente com a CDU, uma moção de repúdio pelo previsível encerramento das direcções regionais do Instituto Nacional de Estatística (INE), em particular da delegação do Centro, que se encontra sediada em Coimbra.

Para os socialistas, o INE de Coimbra fica assim com o futuro comprometido, “bem como os seus cerca de 45 funcionários, que estão em risco de perder o seu emprego”.

A moção foi aprovada por maioria, com a abstenção dos deputados municipais do PSD, que numa “defesa cega” das políticas do seu Governo, “passam por cima de mais este autêntico atentado contra Coimbra e contra a Região Centro”.

O presidente da Câmara do Porto está a “violiar permanentemente a lei” ao ponto de correr o risco de perder o mandato. Esta a denúncia feita pelo vereador socialista na autarquia portuense, Orlando Gaspar.

Gaspar classificou como “verdadeiramente insólita” a decisão de Rui Rio de considerar “inválida” a reunião extraordinária do executivo camarário, em que participaram apenas os sete vereadores da oposição (seis do PS e um da CDU).

Os **vereadores socialistas** confrontaram ainda Rui Rio com a sua decisão – que consideram ilegal – de nomear um instrutor externo para dirigir o processo disciplinar ao advogado síndico Sebastião Sousa Pinto, por alegadamente não ter recorrido em tempo útil do processo Imoloc/Parque da Cidade.

CANCELADA UNIVERSIDADE DE VERÃO

Por consenso, o Secretariado Nacional do PS entendeu por bem, dado o período de pré-congresso que o partido atravessa, cancelar a próxima edição da Universidade de Verão que estava prevista para o final de Agosto, em Évora.

Qualquer assunto correlacionado deve ser tratado através de Raquel Silva, do Gabinete de Estudos, cujo contacto telefónico é: 213917373.

SOCIALISTAS DOS AÇORES PRONTOS PARA AS ELEIÇÕES

O líder do PS/Açores, Carlos César, é o cabeça-de-lista pelo círculo de São Miguel, o maior do arquipélago, às eleições de Outubro para a Assembleia Legislativa Regional.

A Comissão Regional dos socialistas açorianos decidiu também que Guilherme Nunes vai encabeçar a lista de candidatos pela ilha do Corvo, enquanto que o actual deputado Manuel Rosa foi o nome escolhido para as Flores.

Para a ilha de Santa Maria, o PS/Açores escolheu Alberto Costa, presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto.

No Grupo Central do arquipélago, o presidente da Assembleia Regional, Fernando Meneses, será o cabeça-de-lista pelo círculo do Faial, enquanto os actuais deputados Lizarde Machado, Manuel Silveira e Manuel Santos serão os primeiros candidatos nas listas do Pico, São Jorge, Graciosa, respectivamente.

Sérgio Ávila, que preside à Câmara Municipal



de Angra do Heroísmo, vai encabeçar a lista do PS pela ilha Terceira.

A Comissão Regional dos socialistas aprovou também as bases do programa do Governo para a próxima legislatura, que recolheram a contribuição de personalidades independentes.

Duarte Ponte, que coordenou a elaboração do documento, adiantou que o programa socialista assenta na convicção que é possível uma "economia de mercado em equilíbrio com uma sociedade solidária e socialmente justa".

As bases da proposta do PS a submeter aos açorianos destacam seis áreas específicas: expansão da base económica de exportação, modernização e aumento da eficiência dos equipamentos e infra-estruturas económicas e comércio, indústria e incentivos. Os restantes sectores abordam a sociedade do conhecimento e informação, a valorização dos recursos humanos e reforço da coesão social e finanças públicas.

FESTA DO PS/MADEIRA

A já tradicional Festa do PS/Madeira, que vai realizar-se este ano na Fonte do Bispo, concelho da Calheta, no próximo dia 29 de Agosto, pretende também assinalar os 30 anos de actividade do partido na região autónoma.

Em ano de especial importância, devido à realização das eleições regionais em Outubro, o PS/Madeira tem como objectivo realizar a maior festa alguma vez feita pelos socialistas na região, e assim dar um sinal da nossa força e unidade na construção de uma alternativa de progresso, desenvolvimento e justiça social à actual governação marcada por um profundo défice democrático e social.

Presidências Abertas nos concelhos

Jacinto Serrão fez um balanço "muito positivo" das Presidências Abertas socialistas, uma iniciativa do PS/Madeira que terminou no passado dia 12 no concelho do Porto Santo.

Segundo o líder socialista madeirense, estas presidências realizadas desde Janeiro em todos os concelhos da região



autónoma, foram particularmente importantes e positivas, porque possibilitaram um maior contacto com as populações e as forças vivas da sociedade, suscitaram o debate e o confronto político com o PSD, e permitiram "um diagnóstico mais rigoroso das profundas e reais carências, a todos os níveis, que a Madeira real apresenta". Por isso, esta iniciativa foi também um

importante contributo para a elaboração do programa de governo do PS, capaz de dar resposta aos graves problemas políticos, económicos e sociais em que a Madeira se encontra mergulhada após cerca de 30 anos de autoritarismo, populismo, e défice democrático e social, sob o pano de fundo de uma enorme teia de interesses instalados e clientelismo à margem de qualquer tipo de controlo.

DEBATE NA SECÇÃO DE BENFICA

SEGURO APELA À COESÃO INTERNA

O líder do Grupo Parlamentar do PS, António José Seguro, apelou à coesão interna e à recuperação do espírito dos Estados Gerais, de forma a que o partido consiga voltar ao poder por "mérito próprio e não por demérito da maioria". Seguro, que falava na terça-feira à noite, num debate sobre a actual situação política promovido pela Secção de Benfica, disse ser necessário que o PS se "concentre no combate político" ao actual Governo

e "prepare uma alternativa de progresso, com políticas próprias e rostos que protagonizem uma alternativa e não uma alternância".

Neste quadro, sustentou que "o PS deve estar junto dos portugueses e dar resposta aos seus problemas e anseios", já que "Durão Barroso foi-se embora, mas os problemas ficaram". Perante uma plateia de largas dezenas de militantes que se mostraram magoados e decepcionados com o

Presidente da República, Seguro apelou para que não se perca mais um segundo com a decisão de Jorge Sampaio.

"O meu respeito pelo cidadão Jorge Sampaio não saiu diminuído por ele ter tomado esta decisão", referiu Seguro, sublinhando que o respeito pela decisão do Presidente passa por não pôr em causa a legitimidade democrática do novo Governo, o que não significa que tenha legitimidade política.

MARIA SANTOS ELEITA VICE-PRESIDENTE NA OSCE

A deputada socialista Maria Santos foi eleita, no passado dia 7 de Julho, vice-presidente da Comissão de Assuntos Económicos, Ciência, Tecnologia e Ambiente, da Assembleia Parlamentar da OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa).

"Traçou-se de uma eleição particularmente disputada", declarou Maria Santos, ao frisar que contou com "um significativo apoio das delegações presentes, o que permitiu obter a maioria absoluta dos votos" e tornando desnecessária uma segunda volta.

Para a deputada do PS, o seu trabalho no seio da Comissão, bem como as actividades que tem vindo a desenvolver na Assembleia Parlamentar da OSCE, nomeadamente nas áreas do ambiente e do desenvolvimento sustentável, contribuíram significativamente para o sucesso da sua candidatura.

Esta vitória de Maria Santos constitui também uma distinção para a Assembleia da República que, desde 1993, não detinha nenhum cargo eleito nesta organização.

A parlamentar portuguesa foi eleita, por maioria absoluta, durante a 13ª Sessão Anual desta Organização, que decorreu em Edimburgo, derrotando na primeira volta os candidatos da Alemanha e do Canadá.

CLUBE LIBERDADE E CIDADANIA

O EMBUSTE DE DURÃO BARROSO

João Cravinho acusou Durão Barroso de ter criado um "embuste" ao aceitar o convite para Bruxelas após assegurar ter compreendido a mensagem dos portugueses nas eleições europeias.

Falando num debate sobre o estado da nação promovido pelo clube de política "Liberdade e Cidadania", João Cravinho acusou o primeiro-ministro demissionário de ter criado uma "ruptura" na relação de confiança com os portugueses.

"Na noite das eleições europeias, após a derrota da coligação PSD/CDS-PP, o primeiro-ministro disse que tinha entendido a mensagem dos portugueses. A sua resposta semanas depois foi ir-se embora, o que quebra, a partir desse momento, qualquer relação de confiança", sustentou.

Antes da intervenção de Cravinho, o vice-presidente da Assembleia da República Manuel Alegre tinha levantado a polémica ao declarar não se sentir honrado por Durão Barroso ser o futuro presidente da Comissão Europeia.

Apesar de os eurodeputados socialistas já terem decidido que vão votar a favor ou optar pela abstenção perante a candidatura de Durão Barroso, Alegre disse desconhecer qual o programa que o primeiro-ministro demissionário tem para a União Europeia e lembrou que esteve na origem da divisão dos Estados-membros ao apoiar a intervenção militar anglo-americanas no Iraque. "Não lhe dou um cheque em branco, porque não me identifico com a sua concepção de construção europeia", sublinhou Manuel Alegre.

A IMAGEM DA MULHER NOS MANUAIS ESCOLARES

Se é verdade que, nas últimas décadas se têm verificado progressos quanto ao princípio constitucional da igualdade entre homens e mulheres em vários domínios da sociedade portuguesa, também é verdade que este mesmo princípio enunciado na Constituição da República, continua longe de ser assegurado.

Sinais evidentes de desigualdade entre homem e mulher continuam a emanar dos domínios privado e público. As imagens a que se recorre para ilustrar um e outra na comunicação, na publicidade, e nos manuais escolares, aqui trazidos à reflexão, perpetuam estereótipos de desempenhos.

Não é esta uma intervenção fácil. A intervenção contínua e persistente é muitas vezes apelidada, pejorativamente, de "feminista", julgada inútil e causa reacções públicas adversas. A imagem construída e veiculada que associa a mulher à esfera doméstica e o homem a espaços socialmente mais valorizados perpetua modelos e desempenhos diferenciados, como comprovam inúmeros estudos.

A educação não se confina ao exclusivo espaço escolar, o indivíduo aprende dentro e fora da escola e esta recorre às imagens do real como suporte exemplificativo para as aprendizagens pretendidas, sendo a imagem escolhida para os manuais escolares produtora e reproduzida de modelos sociais.

Num estudo recente sobre a mediação Escola - Trabalho, efectuado no contexto de uma ONG, a Interooperação e Desenvolvimento, com financiamento do Fundo Social Europeu, num projecto realizado com base no testemunho de múltiplos parceiros, num inquérito aplicado a alunos de 9º e 10º, pais e professores verificou-se que, no perfil de candidato "ideal" ao emprego surgem privilegiados os seguintes factores facilitadores o facto de se ser: "rapaz", "português", "com curso superior", residente "no litoral" e - como acrescentam em final de recolha os pais - de "meio social privilegiado".

Ideias instaladas, transmitidas por uma tradição ou cultura dominante, com papéis sociais paulatos por contraste de superioridade ou inferioridade, prolongam nas mentes modelos discriminatórios.

Os estereótipos de desempenhos, com base numa leitura sexista, condicionam o indivíduo quanto ao seu espaço no emprego, na família, na escola e esta continua a reproduzir essas representações. E, ainda que às raparigas, contra a vontade manifesta de responsáveis políticos, que recentemente ilustraram uma dificuldade patente na aceitação de maioria feminina em determinados sectores da vida académica, como se depreendeu das palavras do ministro da Saúde preocupado pelo número elevado de médicas num futuro de médio prazo, não constrangido por outro lado pelo facto de sectores como a enfermagem ou a educação para a infância, até muito recentemente terem sido, na prática, exclusivamente ocupados por mulheres, apesar da aquisição do saber não poder cientificamente ser pensada discriminatoriamente em função do sexo, o problema da representação e da reprodução de um modelo social discriminatório não está resolvido.

Nem "feminização", nem "masculinização"

Enquanto não houver mostra de mudança - socialmente apreciável - nos comportamentos discriminatórios com base no género, compete seguramente a quem faz as leis, numa perspectiva enquadradora, acompanhar tudo o que represente espaços de reprodução de modelos.

Mas é na escola e pela escola que passa o futuro, uma vez que ao sistema educativo recorrem todos os cidadãos. A escola são solicitadas respostas educativas centradas nos saberes curriculares, mas igualmente nas competências para a vida, para a profissão. Ensinam-se matérias e valores, desenvolvem-se competências do saber e para o saber, aprende-se a aprender e a usar devidamente aquilo que se aprende. Aprende-se a ser cidadão e aprende-se a cidadania.

Tudo depende do modelo que se persegue também politicamente, do que se projecta para ser ensinado e aprendido. Pela linguagem e pelas imagens usadas nos manuais escolares passa um manual de informação, explícita e implícita, marcado a diversos níveis. O manual escolar é um dos instrumentos mais poderosos no que toca à transmissão de saberes, daí se considerar relevante esta preocupação. Não podemos ficar pela atenção redobrada relativamente à inclusão ou não de um autor estruturante para a identidade cultural nacional, ou especular sobre a prevalência das questões linguísticas sobre as questões literárias, ainda que a sua articulação deva merecer o maior cuidado. Importa também atendermos aos modelos sociais implícitos, veiculados nas imagens dos manuais.

Também na escola se aprende! Aprender modelos fundados na igualdade de géneros, no respeito pelo outro, sem discriminação de credo, etnia, sexo, ou origem social depende também da escola, dos educadores, dos materiais que se utilizam; depende com certeza dos manuais escolares e das imagens e modelos a que recorrem.

Uma sociedade livre promove a liberdade, uma sociedade igualitária e equitativa promove a igualdade e a justiça. Para que haja escolha livre tem de haver consciência da multiplicidade de escolhas. As crianças e os jovens têm o direito de conhecer e aprender as diferentes cambiantes afectivas, pessoais, profissionais, sociais, entre outras, que a comunidade a que pertencem lhes sugere, sendo que tal aprendizagem deve ser feita pelo meio de reflexão e análise conscientes, daí a importância da educação sexual, da educação para a cidadania.

À escola compete promover a mudança no que respeita à igualdade, à igualdade de géneros e o respeito pelas escolhas em conhecimento real do que se escolhe.

Às tutelas políticas resta acompanhar, no contexto estrito da sua responsabilidade e competência, sem desrespeito pelas liberdades fundamentais e constitucionais, o uso que se faz da imagem feminina nos manuais escolares.

CRISTINA GRANADA

DEPUTADA NA AR
POR CASTELO BRANCO

Aprender modelos fundados na igualdade de géneros, no respeito pelo outro, sem discriminação de credo, etnia, sexo, ou origem social depende também da escola, dos educadores, dos materiais que se utilizam; depende com certeza dos manuais escolares e das imagens e modelos a que recorrem

SOPHIA DE MELLO BREYNER

UMA VIDA ILUMINADA PELA POESIA

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, lamentou a morte de Sophia de Mello Breyner, considerando que a escritora e poetisa foi um exemplo de uma vida "iluminada por causas, ideias, princípios e valores". Numa nota à Imprensa, o líder socialista considerou que o falecimento de Sophia de Mello Breyner "representou uma grande perda não apenas para a literatura portuguesa", mas também "para todos quantos acreditam na cidadania e numa vida iluminada por causas, por ideias, princípios e valores".

Ainda segundo o secretário-geral do PS, "Sophia de Mello Breyner é pela qualidade do exemplo da sua vida cívica uma inspiração de várias gerações de portugueses".

"Em meu nome pessoal e em nome do PS envio muitas condolências à família enlutada", acrescentou Ferro Rodrigues.

Considerada um dos maiores cultos da literatura portuguesa, Sophia de Mello Breyner, que contava 84 anos, era natural do Porto, onde nasceu a 6 de Novembro de 1919.

Sophia de Mello Breyner deixou editados 17 livros de poesia, nove antologias, 13 livros de prosa entre contos e histórias para a infância, seis ensaios e uma peça de teatro. Mulher de causas, a poetisa foi também uma notória activista contra a ditadura, sobretudo através da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, de que foi sócia-fundadora.

Depois do 25 de Abril, "o dia inicial inteiro e limpo", como lhe chamou, foi eleita deputada pelo PS à Assembleia Constituinte, onde foi uma voz lúcida em defesa de um conceito de cultura como "uma necessidade fundamental de todos os homens" e contra os excessos do processo revolucionário.

Sophia de Mello Breyner teve ainda um papel destacado na campanha presidencial de Mário Soares, em 1986.

J.C.C.B.



MARIA DE LURDES PINTASILGO

UMA PIONEIRA DE CAUSAS

Vítima de ataque cardíaco, faleceu no dia 10 de Junho a antiga primeira-ministra Maria de Lurdes Pintasilgo, mulher de causas, que se destacou por uma intensa e constante actividade política e cívica em favor dos direitos das mulheres, do desenvolvimento sustentável e da justiça social. Contava 74 anos.

De todos os quadrantes, em especial da esquerda, a morte súbita de Lurdes Pintasilgo foi recebida com uma profunda consternação. O secretário-geral demissionário do PS, Ferro Rodrigues, lamentou a morte da antiga primeira-ministra, a quem se referiu como "uma grande portuguesa" que manteve, até ao fim da sua vida, "uma intervenção cívica sempre guiada por um princípio básico: uma luta intransigente e incessante pelos

desfavorecidos".

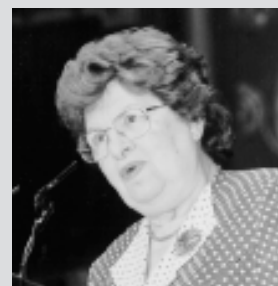
Licenciada em Engenharia Químico-Industrial, Maria de Lurdes Pintasilgo foi a primeira e única mulher a chefiar um Governo em Portugal.

De formação humanista e cristã, iniciou a carreira pública como procuradora na Câmara Corporativa em 1965, tendo aí permanecido até 1974.

Após o 25 de Abril, integra o I Governo Provisório, como secretária de Estado dos Assuntos Sociais, e é depois ministra dos Assuntos Sociais dos II e III Governos Provisórios.

Em Julho de 1975, foi nomeada embaixadora de Portugal na UNESCO, organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, cargo que desempenhou até Junho de 1981.

Em 1979, é chamada pelo Presidente da República, Ramalho Eanes, a chefiar o V Governo Constitucional, marcado por uma forte preocupação social. Introduziu reformas no ensino, na cultura e no trabalho, que seriam de imediato suspensas pelo Governo da AD.



Foi consultora do ex-Presidente da República Ramalho Eanes e fundou o Movimento para o Aprofundamento da Democracia em 1986.

No mesmo ano, candidatou-se à Presidência da República, tornando-se na primeira mulher em Portugal a protagonizar uma candidatura a Belém. Na segunda volta apela ao voto em Mário Soares.

Mulher sedenta de justiça e dignidade humana e assumidamente militante de uma esquerda que não se deixa colonizar pelos valores e pensamento dominantes, Maria de Lurdes Pintasilgo integrou ainda várias organizações internacionais e foi eleita deputada pelo Partido Socialista ao Parlamento Europeu em 1987.

J.C.C.B.

LIVROS DOS NOSSOS

Secção dedicada à divulgação e apresentação crítica dos livros que vão publicando os militantes do Partido Socialista.



O LIVRO

O luxo na formação do capitalismo

Joaquim Jorge Veiguiña
Afrontamento, Porto 2004

O LUXO NA FORMAÇÃO DO CAPITALISMO

O ensaio "O luxo na formação do capitalismo" propõe-se analisar o percurso do fenómeno social do luxo na época moderna. O seu ponto de partida é a distinção entre luxo pré-moderno ou fausto e luxo moderno: o primeiro é fundamentalmente baseado em relações de dependência pessoal directa (servidão ou escravatura), adoptando a forma de fausto público-patrimonial, como na Antiguidade Clássica, ou de fausto rústico, como na Idade Média; o segundo é um fenómeno que surge com a expansão das trocas e a formação das cidades no período declinante do feudalismo, na base de um desenvolvimento industrial que rompe com os tradicionais limites corporativos dos ofícios medievais.

O luxo como fenómeno social objectivo tem implicações económicas, sociais e políticas. Ao nível económico, é responsável pela expansão de um sector orientado para a produção de valores troca em contraste com a economia natural de subsistência, baseada no autoconsumo dos excedentes e no fausto rústico. A nível social, exprime ruptura com uma ordem devota e nobiliárquica que não reconhecia aos homens o direito à fruição e que tinha como fundamento a teoria segundo a qual cada um devia adequar o seu estilo de vida à sua imutável "condição" social. A nível político, representa a emergência da corte e da centralização monárquica, cujo

exemplo paradigmático é a Versalhes de Luís XIV e o mercantilismo colbertista. Mas o luxo como fenómeno social desperta paixões e, sobretudo, uma intensa polémica intelectual no seu período ascendente: dos séculos XV ao século XVIII. O confronto entre as condenações moralistas do luxo e as apoloias mercantilistas e hedonistas do luxo assinala o início de uma polémica que pré-anuncia as grandes transformações sociais e políticas que assinalam a emergência da modernidade. O luxo e o consumo sumptuário, apesar de constituírem uma etapa de afirmação de uma nova ordem em que emergem novos comportamentos urbanizados, sobretudo no seio os grupos que vivem ou dependem das cortes monárquicas de algumas nações da Europa Ocidental, acabaram por transformar-se tanto num obstáculo a um desenvolvimento industrial e tecnológico orientado para a produção de bens destinados ao consumo das classes médias e das populações trabalhadoras, como num símbolo de um regime de privilégios nobiliárquicos em que a maioria da população camponesa está submetida a uma tribulação iníqua que alimenta as despesas sumptuárias de uma minoria que não paga impostos e se reserva o privilégio de ocupar todos os cargos politicamente relevantes.

Numa segunda parte, analisa-se o que poderá designar-se por parábola

descendente do luxo. O contexto é a revolução industrial, período em que o fenómeno do luxo já não surge como um fenómeno prioritário, social e politicamente relevante, como no período anterior, mas como um capítulo da polémica que opõe os defensores do emergente capitalismo industrial para quem a oferta de bens cria sempre a sua própria procura, não existindo, portanto, limites ao crescimento ilimitado da produção de industrial de massa, e os que defendem, pelo contrário, que o capitalismo é caracterizado por uma tendência crónica para o subconsumo, que apenas pode ser superada ou pela reactivação da produção de bens de luxo destinados a ser consumidos pelos grupos sociais que despendem muito, mas não acumulam e investem ou pelo criação de uma sociedade em que a produção passará a ser o objectivo do homem, e não o homem o objectivo da produção. O ensaio termina com uma projecção na actualidade, analisando as implicações económicas, sociais e culturais do fenómeno do consumismo e dos seus suportes ideológicos, a publicidade e o marketing.

"O luxo na formação do capitalismo" foi resultado de seis anos de investigação no Instituto de Sociologia na Universidade de Roma, onde o autor trabalhou sob a direcção do professor Umberto Cerroni na área das Ciências Políticas e Sociais.

AFINAL, QUEM TROUXE A INSTABILIDADE!?!

Não é legítimo que o primeiro-ministro não seja submetido a sufrágio. Ainda para mais, numa altura em que o PSD foi estrondosamente derrotado nas recentes eleições europeias o que mostrou, acima de tudo, o descontentamento dos portugueses por muito o que está a ser feito pelo Governo.



LUÍS MIGUEL FERREIRA

S. JOÃO DA MADEIRA

Durão Barroso foi-se embora. Aceitou o desafio de ser presidente da Comissão Europeia nos próximos cinco anos, tendo, por isso, interrompido uma legislatura que ia a pouco mais de meio. Independentemente de tudo o que se diga, de facto, trata-se de um alto cargo, de extrema importância e prestígio internacionais e que constitui, acima de tudo, um desafio pessoal interessante para Durão Barroso.

Mas ao satisfazer a sua ambição, Durão Barroso criou um grave problema político e, por isso, a sua nomeação, no imediato, é má para o país. A sua decisão trouxe consequências negativas para o

país, pela instabilidade que gerou, pelas medidas urgentes que têm que ser tomadas e que serão, por mais uns meses, adiadas. Falta saber o que poderá minimizar os estragos e, para responder a esta questão, o Presidente da República tem apenas duas hipóteses: ou aceita a indicação de um nome para primeiro-ministro por parte do partido mais votado nas últimas legislativas ou, em alternativa, convoca novas eleições. Na verdade, Sampaio tem entre mãos a decisão que marcará, estou certo, a sua passagem pela Presidência da República.

Pois bem, é verdade que o PSD ganhou as últimas eleições legislativas, no seguimento de uma campanha eleitoral protagonizada por Durão Barroso. Mas também é verdade que quando as pessoas votaram, estavam conscientes que o candidato a primeiro-ministro era Durão Barroso e não outra pessoa qualquer. Foi Durão Barroso que participou nos debates, foi Durão Barroso que fez as promessas, que assumiu compromissos e defendeu o programa eleitoral do PSD. É certo que outros tiveram também grande visibilidade na campanha eleitoral mas os portugueses, os eleitores, votaram no PSD certos de que se fosse esse partido a ganhar as eleições, seria nomeado primeiro-ministro Durão Barroso. Imaginemos que o PSD indicava nessa altura para primeiro-ministro outro militante, por exemplo, Alberto João Jardim ou até mesmo Pedro Santana Lopes. Seria aceitável alguma destas hipóteses? Independentemente da personalidade em causa, parece-me óbvio que não. No entanto, a legitimidade constitucional seria a mesma.

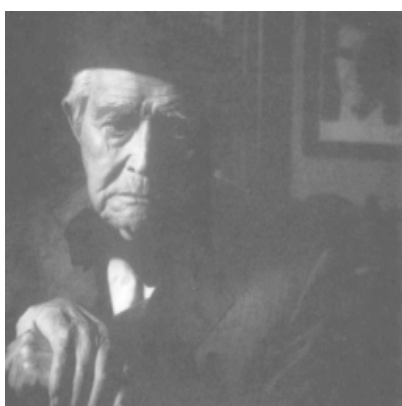
A meio do mandato, após Durão Barroso ter decidido melhorar a sua vida pessoal, estamos precisamente na mesma situação. Não é legítimo que o primeiro-ministro não seja submetido a sufrágio. Ainda para mais, numa altura em que o PSD foi estrondosamente derrotado nas recentes eleições europeias o que mostrou, acima de tudo, o descontentamento dos portugueses por muito o que está a ser feito pelo Governo. Numa altura em que as garantias de estabilidade política dadas pelo PSD assentam na coligação com o PP, coligação essa que, diga-se de passagem, também não foi submetida a votos. Os portugueses que votaram no PSD nas últimas legislativas, para além de estarem convictos que o candidato a primeiro-ministro era Durão Barroso, também não sabiam que o Governo seria formado pelo PSD e pelo PP. Será justo reconduzir outra pessoa coligada novamente com o PP? Não será mais justo devolver a decisão aos portugueses? Não será essa uma prova maior de maturidade da nossa democracia do que evitar, a todo o custo, as eleições antecipadas?

Não me parece, portanto, aceitável outra decisão que não passe por eleições antecipadas. Não aceito que me venham dizer que, em nome da estabilidade, não deve haver eleições pois seria considerar as eleições, mesmo que antecipadas, foco de instabilidade. Quem trouxe instabilidade ao país foi Durão Barroso com a sua decisão de aceitar o cargo da Presidência da Comissão Europeia. A instabilidade já existe, não viria por causa das eleições antecipadas. A continuidade deste Governo agora liderado por outra figura do PSD, nas actuais condições, é que aumentaria em grande escala a instabilidade que já estamos a viver. Quem defende a estabilidade não deve, portanto, ter medo de eleições nem de dar a palavra ao povo!

FERNANDO VALLE

A FRATERNIDADE COMO LEMA DE VIDA

"Cristo teria sido maçom, do PS, e seria pela dissolução da Assembleia da República neste momento". A afirmação é de Almeida Santos e foi proferida na sessão de lançamento do livro "Fernando Valle – Um Aristocrata da Esquerda", que teve lugar na Fundação Mário Soares, em Lisboa. Considerando Fernando Valle um "homem de esperança" e um "filósofo da existência", Almeida Santos fez um paralelismo entre a vida daquele resistente antifascista e fundador do PS e a de Cristo. "Vale a pena viver como Fernando Valle, como durante muito tempo se viveu na imitação de Cristo", disse o presidente do PS. Almeida Santos lembrou que Fernando Valle encontrou apoios para a sua luta política na "rede de afectividades",



construída naturalmente pela forma profundamente humanista como

exerceu a medicina no interior.

A biografia de Fernando Valle, 103 anos, um beirão que norteou toda a sua vida pelos princípios da igualdade, liberdade e fraternidade, foi publicada pela editora Âncora.

Mário Soares, autor do prefácio, e Manuel Alegre elogiaram igualmente o carácter, a personalidade e a militância cívica e política de Fernando Valle, "um republicano e socialista desde sempre".

LEI DE BASES DA EDUCAÇÃO VETADA POR SAMPAIO

O veto do Presidente da República à Lei de Bases da Educação, saudada pelo PS, e as críticas cerradas dos sindicatos à publicação das listas de colocação de professores, estão a marcar negativamente, mais uma vez, as iniciativas do Governo no âmbito do ensino.

Jorge Sampaio decidiu devolver ao Parlamento a Lei de Bases da Educação, aprovada em Maio pelos deputados da coligação PSD-PP, por considerar que o diploma não reúne o consenso suficiente e suscita algumas dúvidas sobre a sua constitucionalidade, sobretudo em relação à gestão das escolas.

Com efeito, segundo o entendimento do Presidente da República, um diploma estruturante como é o da Lei de Bases da Educação deve merecer um amplo consenso, como acontece com o texto legal em vigor desde 1986.

Segundo uma fonte do Palácio de Belém, este veto estava a ser ponderado já há algum tempo. De referir que a Lei de Bases da Educação foi aprovada com os protestos de todos os partidos da oposição.

Reagindo ao veto presidencial, Ana Benavente manifestou o seu "alívio e satisfação" e lembrou a oposição tenaz que na Assembleia da República o PS fez ao diploma apresentado pelo então



ministro David Justino.

"Esta Lei de Bases da Educação colocava em causa aspectos estruturais da política de educação que, com o veto presidencial, regressa à matriz do diploma de 1986". "Havia uma espada de Dâmocles sobre o sector da Educação e que agora foi evitada com a decisão do chefe de Estado", sublinhou.

Por outro lado, tanto a Federação Nacional dos Sindicatos (FNE) como a Fenprof, criticaram duramente o processo de colocação de professores.

A FNE considera que o Ministério da Educação demonstrou "uma total falta de respeito pelos professores e pelas escolas". Aquela estrutura sindical acusa ainda o Ministério da Educação de "falta de rigor e de competência", que criou instabilidade no ensino.

Por sua vez, a Fenprof afirma que o processo "está já todo inquinado" e que agora o fundamental é que "as listas definitivas saiam devidamente corrigidas".

O Ministério da Educação diz que as listas definitivas da colocação de professores será apresentada na primeira quinzena de Agosto. Mas os docentes de quadro da zona pedagógica e os que tencionam pedir destacamento apenas em Setembro saberão onde ficarão colocados.

SUGESTÕES

por ISABEL PIRES DE LIMA

OS MAIAS (DA TV GLOBO) NA SIC



Os Maias é, como toda a gente sabe, uma das obras-primas da literatura portuguesa e certamente o romance mais extraordinário que o realismo queiroisiano produziu. Uma obra de arte que, como toda as obras clássicas, nunca acaba de ser lida ou, dito de outro modo, suscita ao longo dos tempos novas leituras, desafiando gerações de leitores e de artistas. Se em lugar de ter sido um romancista de língua portuguesa, Eça de Queirós, tivesse escrito em inglês, francês, inglês ou alemão, as suas obras já teriam merecido um número imenso de adaptações audiovisuais da maior qualidade, do tipo daquelas em que a BBC, muito especialmente, é exímia, sobretudo quando se trata de reconstituir atmosferas oitocentistas como aquela que constitui o cenário de *Os Maias*, que tem o significativo subtítulo, não o esqueçamos, *Episódios da vida romântica*, publicado em 1888.

A SIC começou a passar, a partir de 5 de Julho, às segundas-feiras, às 16h 30m e, já depois, quase à meia-noite, uma série produzida em 2000, pela TV Globo exactamente intitulada *Os Maias* e obviamente inspirada no romance queiroisiano homónimo. Foi a série mais cara alguma vez produzida por essa experimentada estação televisiva brasileira, a partir de um guião elaborado por Adelaide Amaral, especialista em adaptações/criações televisivas históricas, e de uma impecável produção de Luís Fernando Carvalho. A TV Globo não poupou meios técnicos e económicos, apoiando-se em equipas de elevada qualidade – consultou técnicos da BBC, especializados na caracterização de personagens do século XIX, e cuidou de consultar em Portugal e no Brasil os mais conceituados conhecedores da obra de Eça de Queirós, não poupando esforços para os ouvir. Tive o gosto de, neste âmbito, ter estado nos estúdios da Globo, conversando com o elenco de actores. A qualidade da série resultou manifestamente elevada, com um cuidado extremo dado aos ambientes, à caracterização dos actores, muito adequadamente adaptadas às personagens inesquecíveis que o romance oferece, os quais exibem um guarda-

roupa belíssimo que não olhou a gastos. Adoptou-se um ritmo narrativo lento, idêntico ao do próprio romance, havendo às vezes até um especial gosto em amplificar cenas que são quase meros instantâneos no romance ou nem sequer isso, transformando-os em belos quadros de costumes rurais ou citadinos do século XIX, dando-nos ainda por cima a ver belíssimas paisagens portuguesa (a serra de Sintra, o vale do Douro...). É, por exemplo, o caso das cenas do namoro de Pedro e Maria Monforte, os pais de Carlos, o protagonista do romance, das da vida social da alta roda lisboeta em Arroios, a residência do jovem casal, das da vindima em Stª. Olávia, a casa de campo da família Maia, onde Carlos foi educado pelo avô.

Curioso é notar quanto esta série, inspirada num romance português do século XIX, nos revela como os brasileiros nos olham porventura ainda hoje. E digo isto porque, sintomaticamente, é sempre um olhar que adensa as tintas negras, isto é, o fatalismo, o fanatismo, o conservadorismo e uma excessiva grandiloquência, como traços marcantes da burguesia portuguesa.

Há críticas negativas a fazer a esta série, por exemplo, a opção por uma língua que não é nem português de Portugal do século XIX, nem português do Brasil da época; é uma linguagem bastante artificial que às vezes funciona, outras surge como muito artificial, pelo menos aos ouvidos portugueses.

Voltarei a elas, designadamente às que dizem respeito aos problemas que qualquer adaptação de um romance a um suporte audiovisual comporta, e à apreciação global da série, mas hoje pretendo tão só desafiar os meus leitores a não a perderem, se lhes for possível, dado que o horário a que ela é lançada ao ar – a meio da tarde ou quase à meia-noite – revela em que termos a SIC entende a dimensão de serviço público. Até parece que nós temos muitas oportunidades de ver séries da qualidade desta e ainda por cima versando sobre a nossa cultura e a nossa literatura.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

www.psp.pt / accaao